

Dando continuidade aos Encontros que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar no âmbito do património arqueológico e sua valoriação, em 2007 realizou-se o Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. O Fórum decorreu nos dias 28, 29 e 30 de Junho nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, integrando quatro sessões coordenadas por diversos investigadores:

Sessões 1 e 2

Duas linhas de investigação regional: estudos cerâmicos e estudos judaicos:

sessão 1. Estudos cerâmicos

Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Junho (manhã)

sessão 2. Estudos judaicos

Pinhel, 28 de Junho (tarde)

Sessão 3

Panorama da investigação regional

Vila Nova de Foz Côa, 29 de Junho

Sessão 4

Arqueologia Experimental

Meda, 30 de Junho

Decorreu uma mesa-redonda no Museu D. Diogo de Sousa em Braga, ainda no âmbito deste Fórum, dedicada ao tema *Sítios Arqueológicos e Visitantes*.

As Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa apoiaram o Fórum e viabilizaram a edição destas actas. Deixamos expresso o nosso reconhecimento, em nome da organização e de todos os investigadores que tiveram a oportunidade de nele participar.

A realização regular destes Encontros e a publicação atempada das suas actas, contribuem seguramente para que a investigação se mantenha dinâmica nesta região. Todos continuaremos a colaborar, entidades e investigadores, para que os conhecimentos sobre o património se aprofundem e a sua valorização se torne uma realidade cada dia mais presente.

A Organização do Congresso

ACDR PAVC

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

actas das sessões

volume 1

Cerâmicas no Quotidiano
Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas

volume 2

Investigar e Valorizar o Património
Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 3

Do Paleolítico à Contemporaneidade
Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes,
Alto Douro e Beira Interior

volume 4

Arqueologia Experimental
Recriações do passado em ritmos do nosso tempo

Este volume integra as actas da sessão dedicada aos Estudos Judaicos que teve lugar em Pinhel, no dia 28 de Junho de 2007. Foram cinco os conferencistas, aqui se dá conta de três das comunicações. A região é um campo fértil para o desenvolvimento desta linha de investigação que certamente será mais debatida em próximos congressos.

A este tema junta-se um outro, que serviu de mote à mesa-redonda intitulada "Sítios Arqueológicos e Visitantes". Embora integrada no Fórum, decorreu em Braga, no Museu D. Diogo de Sousa, por ocasião da inauguração do Museu e da Exposição temporária "A Arte que o Côa Guarda". Contou com um leque de investigadores e pensadores que enriqueceram o Fórum com os seus contributos. O moderador e organizador faz, nestas actas, uma esclarecedora síntese das intervenções que ocorreram e um dos participantes desenvolve, com vantagem para todos nós, as suas reflexões.

Encerram o volume dois textos que integram uma secção "à margem dos trabalhos". Textos que decorreram de intervenções noutra espaço de debate científico mas que, dado versarem temas regionais, foi considerado que seria útil incluir aqui.

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



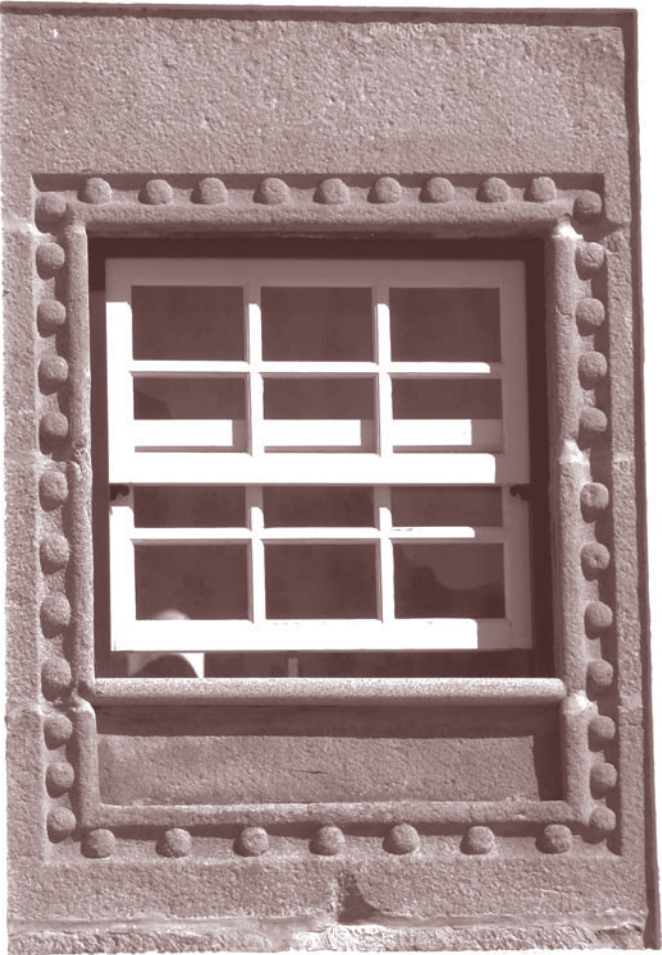
entidades financiadoras da edição:



Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 2



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional
actas das sessões

Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 2

Índice

4 Prefácio

6 introdução

Estudos Judaicos

8 acta 01
Judaísmo e Arquitectura Vernácula Civil na Beira Interior Quinhentista
Arq. José da Conceição Afonso

34 acta 02
Um percurso com fé. O Património Judaico de Trancoso
Carla Alexandra dos Santos

42 acta 03
Um olhar por Pinhel Judaico
Laurindo Saraiva

Sítios Arqueológicos e Visitantes

46 acta 04 (relatório da sessão)
Mesa Redonda. Sítios Arqueológicos e Visitantes
Francisco Sande Lemos

54 acta 05
Públicos, Consumidores, Clientes e o que mais se verá.
J. Henrique Praça

À margem dos trabalhos

60 acta 06
A construção da carta arqueológica do PAVC. A sua importância para a investigação e gestão do património do Vale do Côa.
Luís Luís

72 acta 07
O papel da classificação na inventariação e salvaguarda da arte rupestre e demais sítios arqueológicos do Vale do Côa
António Pedro Batarda Fernandes

A presença de comunidades judaicas na Beira Interior está documentada a partir dos séculos XIII. As Cartas de Foral da centúria de duzentos, nomeadamente as de Pinhel, fazem referência à actividade comercial exercida pelos hebreus aqui residentes. O crescimento do comércio nestas zonas de fronteira, durante os séculos XIV e XV, está associado às dinâmicas das comunidades judaicas. Nos principais aglomerados populacionais da região verificou-se, durante esse mesmo período, um importante crescimento urbano. Há registo de judiarias com alguma dimensão em Belmonte, Gouveia, Penamacor e Pinhel.

Nos inícios do século XV, viviam em Pinhel mais de 200 indivíduos pertencentes à comunidade judaica. Dedicavam-se sobretudo ao comércio, mas também a algumas artes e ofícios, havendo referência a sapateiros, alfaiates e ferreiros, actividades que se mantiveram em Pinhel até aos finais do século XIX.

Da presença de judeus em Pinhel, nomeadamente do período em que foram obrigados a converter-se (tornando-se cristãos-novos) chegaram aos nossos dias alguns testemunhos cruciformes, materializados na arquitectura das casas do século XVI.

No início do século XX, em resultado da acção do capitão Barros Bastos, foram iniciados alguns procedimentos com o objectivo de restabelecer as comunidades judaicas nas localidades onde elas haviam tido alguma preponderância.

Neste contexto, constituiu-se em Pinhel, no ano de 1932, a Comunidade Israelita de Pinhel, que procurou recuperar o culto judaico com a instalação de uma Sinagoga que denominaram de Porta do Sol. Deste acto e da efectiva reinstalação dessa Sinagoga pouco mais se sabe.

Tal como aconteceu noutras localidades e noutras épocas da História portuguesa, também em Pinhel a comunidade judaica que então renascia foi obrigada a conter as suas acções e actividades. Neste sentido, poderemos dizer que as políticas do governo de Portugal e de alguns Estados europeus não permitiram o rejuvenescimento do judaísmo, o que poderá ter contribuído para algum abrandamento das economias do Velho Continente.

Aprofundar o estudo da presença judaica no concelho de Pinhel foi o objectivo da sessão realizada nesta cidade, a 28 de Julho de 2007, no âmbito do Fórum de Promoção e Valorização do Património Regional – Diálogos do Vale do Côa, organizado em parceria pela Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão e pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, com o apoio dos Municípios.

Às entidades que promoveram este Fórum, manifestamos o nosso agradecimento pela iniciativa e pela oportunidade que nos deram de saber mais acerca da presença sefardita nesta região do Interior. A presença de diversos especialistas nesta matéria foi sem dúvida uma mais-valia para todos aqueles que participaram nas várias jornadas de trabalhos cujos resultados estão registados nos quatro volumes que compõem esta colecção. Estes quatro livros constituem, no nosso entender, um valioso instrumento de divulgação da História e do Património regional, motivo pelo qual nos associamos à sua publicação.

O Presidente da Câmara Municipal de Pinhel

Eng. António Luís Monteiro Ruas

No âmbito do Fórum “Valorização e Promoção do Património Regional”, que decorreu entre os dias 28 e 30 de Junho de 2007, foi organizado um painel intitulado “Estudos Judaicos”, coordenado por José da Conceição Afonso.

Nesta sessão, que decorreu no Cine-Teatro de Pinhel na tarde do dia 28, e que contou com o apoio do município local, foram apresentadas cinco comunicações. Maria Antonieta Gomes Baptista Garcia debruçou-se sobre a “Presença Judaica na Beira”. Seguiu-se-lhe José da Conceição Afonso que apresentou uma comunicação sobre o “Judaísmo e a Arquitectura Civil na Beira Interior Quinhentista”. Carmen Dolores Pirra Ballesteros tratou d’ “A Materialidade das imaterialidades judaicas na Península Ibérica”. A sessão terminou com duas visões de âmbito local sobre o património judaico. Carla Alexandra Gaspar dos Santos realizou um “Um Percurso pela fé do património judaico de Trancoso”, enquanto Laurindo Saraiva apresentou “Um olhar por Pinhel”.

As presentes actas deixam registo de três destas comunicações, todas elas voltadas para o reconhecimento e estudo de um património que tem vindo gradualmente a ser reconhecido como parte integrante da cultura regional.

A este tema junta-se um outro, que serviu de mote à mesa-redonda intitulada “Sítios Arqueológicos e Visitantes”. Embora integrada no Fórum, decorreu em Braga, no Museu D. Diogo de Sousa, por ocasião da inauguração do actual Museu e da Exposição temporária “A Arte que o Côa Guarda”. Moderada por Francisco Sande Lemos, contou com um leque alargado de intervenientes: Cláudio Torres (Director do Campo Arqueológico de Mértola); Luís Raposo (Director do Museu Nacional de Arqueologia – IMC); Paulo Costa Pinto (Câmara Municipal de Vila de Conde); Henrique Praça (Setepés); Jerónimo Correia e Ricardo Silva (Câmara Municipal de Terras de Bouro); Alexandra Cerveira Lima (Directora do Parque Arqueológico do Vale do Côa). Para presidir foi convidado João Pedro Cunha-Ribeiro (Subdirector do IGESPAR).

Encerram o volume dois artigos que integram uma secção “à margem dos trabalhos”. Textos que desenvolveram intervenções ocorridas noutro espaço de debate científico — contexto de que os autores dão conta —, e que, dado versarem temas regionais, foi considerado pela coordenação editorial que seria útil incluir nestas actas.

Luís Luís

Judaísmo e Arquitectura Vernácula Civil na Beira Interior Quinhentista

Arq. José da Conceição Afonso

Introdução

A Beira Interior de Portugal é indiscutivelmente uma região com tradições multi-culturais, com reflexos diferenciados nas formas do habitat. Apesar de se poder considerar que a presença judaica nesta região se verificava com algum significado já no séc. XII, foi essencialmente a partir de 1492, com a entrada massiva em Portugal de cerca de 120.000 refugiados sefarditas expulsos pelos reis católicos de Espanha, que o panorama da Beira Interior em termos urbanos, culturais, económicos e sociais se alterou radicalmente. O património legado pelos muitos judeus que se refugiaram e fixaram nas zonas de fronteira é por isso vastíssimo em todos os campos da actividade humana na Beira Interior, apesar de incrivelmente tapado, escondido, inconsciente, com ele tantas vezes na frente dos olhos sem que tenhamos consciência disso.

Alguns historiadores consideram que os judeus chegaram a constituir $\frac{1}{4}$ da população portuguesa; então, éramos conhecidos no mundo pelo País dos judeus.

Referenciam-se um conjunto de princípios da cultura judaica no urbanismo e arquitectura do ocidente, sintetizados por Bruno Zevi, judeu italiano, um dos maiores arquitectos do séc. XX, historiador e teórico da arquitectura. Foi a partir desses princípios, enquanto instrumentos metodológicos e de análise, que se caracterizaram as linguagens do urbanismo e da arquitectura judaica na Beira Interior de Portugal, dos começos do século XVI a meados do século XVII, mostrando-se a sua provável evolução tipológica e apresentando-se casos exemplificativos.

Diga-se ainda que a publicação “Arquitectura Popular em Portugal”, do antigo Sindicato dos Arquitectos, resume a influência do judaísmo na arquitectura portuguesa a uma simples página, sendo provável que a inquisição salazarista diabolizando esta cultura não permitisse que se fosse mais longe. A presente comunicação, ainda que confinando a sua incidência à área geográfica da Beira Interior, rompe de vez com tal visão restrita e vem mostrar que o judaísmo no nosso País produziu uma autêntica revolução urbana, quer quanto a tipologias de habitação, quer quanto ao aumento populacional verificado durante os sécs. XVI e XVII.

Metodologia de investigação a partir de Bruno Zevi

. Pode existir uma casa, uma rua, um bairro, nunca habitados por judeus, produzidos ou não por judeus, reflectir a mensagem do judaísmo no urbanismo e ou na arquitectura?

R: pode!

Negá-lo, seria negar no ocidente, o papel influente, motor e activo da cultura judaica sobre outras culturas e economias, mesmo as opostas, ao longo do devir histórico. Seria considerar o judaísmo como uma cultura passiva, quando na sua essência é uma cultura voltada para a acção.

Negá-lo, seria negar que no devir da história do urbanismo e arquitectura do ocidente, a mensagem da cultura judaica, através daquilo que mais a caracteriza, a temporalização do espaço, está presente no vernáculo, no gótico, no maneirismo, no barroco, no expressionismo, no organicismo e no desconstrutivismo;

. Podem arquitectos não judeus, elaborar projectos de urbanismo e arquitectura, de acordo com a mensagem judaica?

R: pode!

Negá-lo, significaria por exemplo, que toda a obra do arquitecto não judeu, Frank Lloyd Wright, em especial a famosa Casa da Cascata e o Guggenheim de Nova Iorque, não são disso reflexo. Seria negar que Le Corbusier, não judeu, em Le Ronchamp, seguiu a mensagem judaica da temporalização do espaço, do organicismo, do anti-plano, e da irregularidade geométrica.

. Pode existir uma casa, uma rua, um quarteirão, bairro, cujo projecto de arquitecto judeu, ou mandado construir por judeus, não reflecta a mensagem do judaísmo no urbanismo e ou na arquitectura?

R: pode!

Existem em abundância, como afirma Bruno Zevi, exemplos disso em Israel.

. Um historiador pode provar através de documentação escrita que determinado edifício foi habitado ou projectado por judeus; contudo, tal facto não prova que esse mesmo edifício seja expressão arquitectónica de judaísmo enquanto cultura e arte.

. Para um “historiador arquitecto”, para além da documentação escrita ou desenhada que haja, interessa-lhe sobretudo, saber se o edifício em análise se situa dentro deste ou daquele fio condutor de cultura, clássica ou judaica, qual a sua datação, e se no todo ou em parte é ou não reflexo dessa mesma cultura.

Saber ver a arquitectura é tão importante como saber ler e interpretar um documento escrito.

. O que essencialmente nos interessa, é saber se determinada casa habitada ou não por judeus, produzida ou não por judeus, obedece ou não aos princípios que segundo Bruno Zevi, norteiam a cultura judaica na arquitectura de uma dada época.

. A abordagem ao tema “Judaísmo e Arquitectura Vernácula Civil na Beira Interior Quinhentista”, perante a extensão geográfica da investigação, seria todo impossível a partir de simples fontes escritas sobre as casas ainda existentes que terão sido propriedade ou habitadas por judeus. No máximo, as fontes escritas, sendo importantes, poderão provar ou não que determinada casa foi habitada por judeus mas isso nada nos diz sobre se essa mesma casa segue as linguagens e as influências da mensagem judaica na arquitectura. Acresce o facto de ser previsível que relativamente ao conjunto vastíssimo de arquitectura civil quinhentista na Beira Interior de Portugal, as fontes escritas da época só possam cobrir uma ínfima parte desse todo existente. Recorreu-se por isso a um outro tipo de abordagem e uma outra metodologia, próprias da história da arquitectura, que consiste no caso presente em especificar os princípios caracterizadores da cultura judaica que se reflectem no urbanismo e na arquitectura ao longo das várias épocas.

. O método de investigação e a caracterização dos princípios em que assenta a cultura judaica, enquanto instrumentos que possibilitem a análise a aplicar na arquitectura vernácula da Beira Interior de Portugal, seguem o pensamento de Bruno Zevi, judeu italiano, um dos maiores arquitectos historiador e crítico do século XX, autor de “Arquitectura e Judaísmo: Mendelsohn”¹

. Aceito tal como este autor arquitecto que o judaísmo enquanto religião e cultura, teve um papel civilizacional fundador, do qual despontaram outras religiões e culturas como o cristianismo e o islamismo. Foi também por isso que Jorge Luís Borges, judeu descendente de judeus portugueses, escreveu que no ocidente somos todos gregos e judeus. Pela mesma razão, Bruno Zevi considera que as duas grandes linhas condutoras de cultura no ocidente são o judaísmo e o helenismo / classicismo. Por sua vez, Fernando Pessoa, considera que “Nós, ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações – a romana e a árabe.”² Tenha-se contudo em conta que na Península Ibérica, a civilização árabe é acima de tudo a cultura do Al-Andalus, a síntese das três culturas do Livro, judaísmo, cristianismo não romano e islamismo.

Ora, sendo o judaísmo uma cultura de raiz e de fundação, é indiscutível ter tido um papel congregador civilizacional no espaço administrativo dos árabes na Península. De igual modo, esse papel do judaísmo como cultura de raiz, verificou-se em Itália, durante a ascensão em Roma do cristianismo ao poder. Tais factos marcaram profundamente o urbanismo e a arquitectura no seu confronto ou diálogo com o helenismo/classicismo e Bruno Zevi tem toda a razão em pôr em evidência o judaísmo como um dos dois grandes fios condutores de cultura do ocidente, nomeadamente na arquitectura e no desenho das cidades.

. Refira-se contudo que é da maior relevância para o aprofundamento desta temática que se faça sempre que possível o confronto entre os dados da história da arquitectura com os dados conhecidos, caso a caso, da história escrita e da arqueologia.

. Os estudos que dentro da temática específica do “Judaísmo: Urbanismo e Arquitectura” vêm sendo desenvolvidos na Beira Interior, dividem-se em dois tipos quanto à extensão da área geográfica abrangida:

¹ “Bruno Zevi - Arquitectura e Judaísmo: Mendelsohn, Editora Perspectiva, São Paulo, 2002, 253 pp., ilustrado www.editoraperspectiva.com.br.”

² “O Problema Ibérico”, in Portugal, Sebastianismo e Quinto Império, L.Bolso, edic. Europa América, p.83

1) Investigação à escala de toda a Beira Interior (Distritos de Castelo Branco e Guarda). Estes estudos, de que estou na origem dentro da temática da arquitectura vernácula, foram de algum modo incentivados, directa ou indirectamente pelos trabalhos quer do âmbito da pesquisa histórica quer da arqueologia, desenvolvidos respectivamente pela Prof. Dr.^a Antonieta Garcia, e pelas Dr.^{as} Carmen Ballesteros e Dr.^a Carla Santos, quer pelos contributos sobre cultura judaica dados pelo Arqt.^o Caria Mendes, quer ainda pelos resultados das pesquisas do Arqt.^o Vasco Morais Soares sobre a Rua da Judiaria, no âmbito do Plano de Pormenor de Medelim / Idanha-a-Nova de que é autor. As constatações a que cheguei dentro duma pesquisa em extensão geográfica nesta temática, em toda a Beira Interior, careciam ser aprofundadas e confrontadas com investigações de igual modo nas áreas do urbanismo e da arquitectura, num conjunto de sítios pontualizados e de pequena escala geográfica e, sempre que possível, cruzadas com dados provenientes da história e da arqueologia desses locais;

2) Incentivadas para o efeito, algumas equipas técnicas como a do Director Executivo do POLIS da Guarda, Arq.^o António Manuel. M. Saraiva, do G.T.L. de Belmonte na área da Arqueologia, Dr.^a Elisabete Martins Robalo, do G.T.L. do Sabugal, Arq.^a Cláudia Quelhas, do G.T.L. da Covilhã, Arq.^o Pedro Flávio Lopes Martins, do G.T.L. do Fundão, Arq.^a Ana Isabel Aranda e Cunha e Dr. Pedro Salvado, foram extraordinariamente receptivas ao estudo da arquitectura e judaísmo dentro das suas áreas de intervenção urbana. O estudo de casos específicos como a Judiaria e o Centro Histórico da Guarda, as Judiarias da Covilhã, as Judiaria de Trancoso, Belmonte, Medelim, vêm chegando às mesmas interrogações e conclusões que as da investigação que tem sido levada a efeito por mim em toda a extensão da Beira Interior e mesmo em observações à arquitectura quinhentista na Raia de Espanha. Hoje, do séc. XVI a meados do séc. XVII, pode falar-se indiscutivelmente, da existência de uma arquitectura judaica e de influência judaica em toda esta região.

Referências à origem da presença Judaica na Península Ibérica

. “Os judeus penetraram em muitas sociedades e em todas elas deixaram a sua marca.”³

. Para se compreender o urbanismo e a arquitectura da época quinhentista na Beira Interior de Portugal, teremos de recuar ao período do Al-Andalus, cuja época de ouro foi do séc. VIII ao séc. X, e ao conceito das Três Culturas. Al-Andalus é a designação de Península Ibérica relativa à delimitação geográfica do domínio muçulmano. De 711 a 1492, teve avanços e recuos consoante as diferentes invasões árabes e a linha de frente da reconquista cristã.

. É razoável supor que os primeiros assentamentos de judeus na Península Ibérica tenham ocorrido com a diáspora depois da destruição de Jerusalém e do 2.º Templo, no ano 70 por ordem de Tito e mais tarde em 135 por Adriano, imperador romano.

. Algumas teses apontam para o facto de que terão sido os judeus a incentivar os omíadas a invadir a Península Ibérica, por forma, a libertarem-se da perseguição dos visigodos, depois de Recaredo I se haver convertido ao cristianismo, em 587 da E.C., no Concílio de Toledo.

Os Judeus sob o domínio dos Mouros

. «No ano 711 da E.C. deu-se a Invasão muçulmana da Península Ibérica, a mando de Muza ben Nossair (muçulmano), e de Tarik, berbere que se reconhecia como judeu da tribo de Simão.»⁴

. Os judeus foram libertos da opressão visigótica e em certos casos terão passado a colaborar com os muçulmanos na guarda de castelos e cidades. Como estes eram poucos e em cada cidade que conquistaram necessitaram de ajuda para manter o controle militar, terão sido ajudados pelos judeus que tiveram uma oportunidade de se libertar do jugo dos visigodos.

³ «In Paul Johnson, História dos Judeus – edit. Imago, p. 14»

⁴ « In Los Judios en Al-Andalus, Cronología Judeo Española - Trad. Livre - <http://redraven.garcia-cuervo.com/delco.htm>»

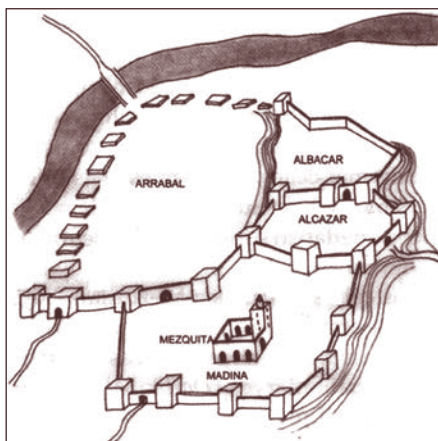


fig. 1 Reconstrução zonal de cidade árabe do Al-Andalus e norte de África. In, Jose María M. Hernandez, Historia da las Formas Urbanas Medievales, p.33, Universidad de Sevilla

. As origens próximas entre árabes e judeus, ambos se consideram descendentes de Abraão, ajudaram em muito a mescla de culturas. Durante cerca de cinco séculos, desenvolveu-se uma sociedade aberta e forte. Os judeus foram incluídos na sociedade moura do Al-Andalus e tiveram a oportunidade de melhorar muitos aspectos da sua cultura.

. O conceito de “Três Culturas” nasce no Al-Andalus, expressão que designa a coexistência e inter-influência entre árabes, judeus e cristãos, na Península Ibérica durante a época muçulmana.

. “Três Culturas” designa no campo religioso o que na Idade Média se entendia como as três religiões do Livro: a cristã com a Bíblia, a muçulmana com o Corão, e a judaica com a Tora.

. Na sociedade andaluza, cristãos e judeus foram considerados *dhimmies*, os “protegidos”, que pertenciam à religião do Livro e possuíam um estatuto jurídico e social próprio. Foi uma sociedade urbana, na qual a cidade era dividida em três bairros fundamentais, com uma fisionomia particular segundo os seus moradores.

. Foram designados como *moçárabes*, termo árabe que significa “arabizado”, os cristãos de origem pré-islâmica e os descendentes que permaneceram dentro da sociedade Andaluz, tendo sido a minoria religiosa mais numerosa.

. Os *mudéjares* foram os muçulmanos que viveram nos reinos cristãos, depois da reconquista.

. Os judeus da Península Ibérica chamavam-se *sefarditas*. *Sefarad*, que significa “Terra Prometida”, foi o nome com que denominaram a Península Ibérica. Tiveram a sua própria língua, o *ladino*.

. É de todo impensável que os judeus, sendo um povo voltado essencialmente para a ação, cujos vestígios no território que é hoje Portugal já remontam há cerca de mil e novecentos anos, que segundo alguns historiadores chegaram a ser um quarto da população portuguesa, mesmo nas condições mais adversas, não tenham deixado marcas e influências da sua matriz cultural e religiosa, no nosso urbanismo e na nossa arquitectura.

. Ainda que os judeus não sejam conhecidos como ligados tradicionalmente às actividades da construção, como é possível ser-lhes roubada a parcela importante da sua responsabilidade, na caracterização das cidades, vilas e aldeias do nosso país, na edificação do seu próprio habitat?

. Porque se continua a ignorar, no relativo ao património edificado, que os judeus deixaram em Portugal as marcas físicas no espaço da sua própria existência, ou fazer crer que o seu legado nesse capítulo é de cariz residual?

. Porque continua a duvidar-se que no nosso País, a história do urbanismo e da arquitectura, tal como em todo o ocidente, é a história da dialéctica entre uma visão helénica, clássica e estática do mundo, e uma visão dinâmica e libertadora da forma, orgânica, expressionista e desconstrutivista, de origem hebraica?

. Na Península Ibérica, no campo da história do urbanismo e da arquitectura, a cultura islâmica não pode ser tida como única responsável pela caracterização da cultura do Al-Andalus (sécs. VIII ao séc. X, podendo contudo ser prolongada à primeira metade do séc. XIII).

. Os muçulmanos não impuseram o urbanismo organicista aos judeus e aos cristãos; este tipo de assentamento urbano era intrínseco à cultura judaica.

. O que os árabes fizeram foi criar uma estrutura administrativa num tecido urbano orgânico, cujo arquétipo, o labirinto, era culturalmente intrínseco a muçulmanos, judeus e cristãos não romanos, ficando a cidade organizada nas seguintes zonas:

O **Alcazar** - zona reduto fortificada e lugar do governador;

A **Medina** - com a mesquita, o mercado (zoco), e os bairros de cada uma das três etnias;

O **Albacar** - zona muralhada de armazenamento da cidade, e de protecção a camponeses e gados em caso de perigo;

O **Arrabal** - subúrbios, geralmente fora de muralhas.

. Algumas das nossas cidades medievais, apresentam ainda no seu traçado urbano, marcas dos bairros cristãos, judeus e muçulmanos. Saberemos destrinçar as suas características arquitectónicas, dentro duma base urbanística com muitas semelhanças?

. «Na Espanha muçulmana, os judeus encontraram uma relação simbiótica com o mundo não judaico que os envolvia. Em larga medida, os muçulmanos exerceram o seu impacto sobre os judeus. Alguns dos grandes eruditos judeus escreveram em árabe. Mas a influência foi muito mais importante no sentido contrário. Pode afirmar-se, a propósito disto, que se o mundo muçulmano, sobretudo em Espanha⁵, se desenvolveu tanto, foi devido ao grande número de judeus que aí puderam viver livremente.»⁶

. A forma do tecido urbano pode permanecer inalterável durante séculos ou milénios enquanto que a arquitectura se altera com rapidez.

. Os omíadas que invadiram a Península não foram propriamente urbanistas nem construtores mas sim guerreiros; o tecido urbano orgânico e labiríntico já era intrínseco de alguns dos povos pré-existentes, nomeadamente judeus, e cristãos não-romanizados.

. Se durante muitos séculos, a base organicista do assentamento urbano foi comum às três culturas, não poderemos afirmar o mesmo quanto à arquitectura; esta, não obstante as influências mútuas, seguiu mais rapidamente tendências e percursos específicos a cada uma destas culturas.

. Cláudio Torres, nas comemorações dos 800 anos de Idanha-a-Nova, afirmou que durante o Al-Andalus, na Beira Interior, viviam judeus, cristãos não romanos e muçulmanos. Tinham em comum, o carácter uno de Deus e o não reconhecimento da Santíssima Trindade do cristianismo de Roma.

. Na Beira Interior existiu uma base cultural do Al-Andalus. Porém, do séc. XVI à primeira metade do séc. XVII, em termos muito gerais, pode dizer-se que o urbanismo e a arquitectura desta região, foi predominantemente de origem ou influência judaica, pelas seguintes razões:

1) Dos árabes, na Beira Interior, salvo alguma influência berbere nas zonas rurais, não são grandes as marcas da sua arquitectura do barro, predominante a sul do rio Tejo como considera Orlando Ribeiro.

2) O cristianismo romano da fase da Reconquista da Península, tende a introduzir geometria, simetria, axialidade e regularidade na arquitectura religiosa e civil; em Portugal, isso verifica-se essencialmente a partir de D. Dinis.

3) O judaísmo, pelo contrário, na arquitectura civil tende a expressar-se pela acentuação das irregularidades existentes na natureza, desalinhamentos, recusa de axialidades e de simetrias.

⁵ Entenda-se Península Ibérica dado que a Espanha ainda não era existente.

⁶ «Rabin Ken SPIRO, Os Judeus de Espanha, in <http://www.lamed.fr/judaisme/Histoire/1402.asp>

. As tipologias e a linguagem arquitectónica do séc. XVI a meados do séc. XVII, têm características mais urbanas que as do século anterior; apercebemo-nos disso através de comparação com as do Livro das Fortalezas de Duarte D'Ármas, ainda que os seus desenhos sejam bastante esquematizados. A título de exemplo, vemos naquela obra que no séc. XV são raríssimas as casas com escadaria exterior e balcão coberto ou descoberto, surgindo este elemento construtivo de forma generalizada essencialmente a partir dos começos do séc. XVI pela necessidade de se aumentarem o número de pisos das casas, fruto provável dum extraordinário aumento demográfico e de grandes necessidades habitacionais, resultante da vinda massiva de judeus para Portugal;

. Se tais tipologias arquitectónicas entram mesmo em ruptura com as do séc. XV na Beira Interior, e se não manifestam ter origem ou influência islâmica, também é certo que pelo seu grande número de exemplares, não foram trazidas por cristãos mas sim por judeus sefarditas refugiados de Espanha em 1492.

. Com tão grande número de judeus vindos para Portugal, reforçou-se em todo o país e muito em especial na Beira Interior, a cultura urbanística e arquitectónica do Al-Andalus que nos era tradicional, agora com as especificidades dominantes de uma das suas componentes, a do judaísmo.

Apontamentos sobre a História do Urbanismo e Arquitectura Quinhentistas na Beira Interior de Portugal

. Em Portugal, durante a Idade-Média, a tendência para o urbanismo cartesiano, romano, por via do cristianismo da fase pós reconquista, em oposição ao urbanismo organicista medieval do Al-Andalus, ganhou expressão a partir do rei D. Dinis (1279-1325).

. Em finais do séc. XV por forte influência resultante da vinda massiva de judeus fugidos e expulsos de Espanha pelos reis católicos (1492), a tendência para a regularidade dos traçados urbanos foi retardada ou minimizada em favor dos traçados irregulares, labirínticos e organicistas; Quando persistem os traçados ortogonais, eles tendem a modelar-se e adossar-se à topografia.

. Ao contrário de Portugal, no país vizinho, afirmaram-se os traçados urbanos cartesianos rígidos suporte de uma rígida política centralizadora de controlo e gestão territorial.

. A chamada arquitectura popular da Beira Interior, hoje ainda existente, reconhecida pelos portados biselados quando em granito, vãos desalinhados e de diferentes dimensionamentos, situa-se essencialmente entre começos do séc. XVI a meados do séc. XVII.

. Essa arquitectura coincide com a vinda para Portugal de cerca de 120.000 ⁷ refugiados judeus;

. Segundo estimativas de alguns historiadores⁸, a população judaica chegou então a atingir quase 1/4 da população portuguesa da época;

. Entre 1496 e 1527, “crescem mais de 60% os principais núcleos habitacionais, com destaque para a Guarda, Castelo Branco e Covilhã” (Dias, 1987, pp. 50-51)

. O elevado aumento demográfico que então se verificou nesta zona do País, andou concertado associado a uma enorme procura de habitação.

. Essa pressão na procura de alojamento terá sido tal, que para além da densificação das antigas judiarias, passou a verificar-se presença judaica quer nas muitas “ruas novas” então construídas, quer em conjuntos dispersos de casas doutros arruamentos, quer ainda em conjuntos de casas térreas de extrema precariedade, mesmo em lugares ainda hoje quase ermos.

. Com a extinção das judiarias em 1496, por D. Manuel I, decorreu uma dispersão da implantação judaica, agora de cristãos-novos, essencialmente pelas áreas envolventes ou confinantes dos seus bairros.

⁷ Tal estimativa resulta do cruzamento de informações e dados dos judeus Abraão Zacuto, Damião de Góis, e do cura da povoação espanhola de Los Palacios, André Bernaldez. - <http://www.ensinandodesiao.org.br/Abradjin/1201.htm>

⁸ in <http://www.ensinandodesiao.org.br/Abradjin/1201.htm>



fig. 2 Espanha / La Alberca – Bairro Novo (judeu) – Séc. XVI. Exemplo de arquitectura orgânica, judaica, pensada de dentro para fora, resultante do jogo aditivo de volumes, desalinhamento de vãos e recusa de simetrias.



fig. 3 Parténon em Atenas: nenhum elemento compositivo se pode adicionar ou retirar. Origem da imagem in Wikipédia, a enciclopédia livre.



fig. 4



fig. 5

Notas para uma Investigação sobre a provável influência da Cultura Judaica no Urbanismo e Arquitectura das descobertas

. Dado que só agora se dão os primeiros passos em Portugal na investigação da nossa arquitectura com influências da cultura judaica, que por razões religiosas e políticas foi completamente ignorada e forçada ao esquecimento, nada se sabe do impacto desta mesma cultura na arquitectura e urbanismo da fase das descobertas portuguesas.

. Contudo, a cultura urbanística e arquitectónica do Al-Andalus, na sua vertente judaica, ter-se-á difundido durante o séc. XVI até meados do séc. XVII, não só em Portugal como pelo mundo das nossas descobertas, projecto a que os judeus estiveram directamente associados quer cientificamente e financeiramente, quer ainda pela sua fixação nessas paragens em fuga á inquisição. Colocam-se por isso as seguintes hipóteses para investigação e que não cabem no âmbito deste trabalho:

1) É essencialmente na cultura judaica ligada às descobertas portuguesas que reside a grande diferença na urbanística de Portugal (orgânica / judaica) e de Espanha (hipodâmica / cristã romana) até finais do séc.XVII.

2) Nos séculos XVI a meados de XVII, a linguagem arquitectónica das cidades portuguesas das descobertas, reflecte em parte as influências das formas de expressão da cultura judaica no edificado.

As duas visões do mundo: Judaísmo e Classicismo

. Segundo Bruno Zevi:

1) O judaísmo é a cultura do tempo;

2) O classicismo é a cultura do espaço.

. Para os judeus a casa significa o objecto fruído, o morar ou o lugar de reuniões. Um espaço não utilizado pela comunidade, como encontramos nos templos egípcios e na cela do templo grego, é inconcebível para os judeus.

. Uma arquitectura baseada no pensamento judaico é uma arquitectura orgânica, viva, modelada segundo as necessidades dos utilizadores;

. Uma arquitectura judaica é capaz de crescer e de se desenvolver, livre das leis da simetria, dos alinhamentos, das relações entre cheios e vazios, das regras da perspectiva, enfim, uma arquitectura cuja única lei, cuja única ordem é a da transformação.

. Para os gregos, a casa ou o templo, significam o objecto casa ou o objecto templo, o edifício; Como consequência, a arquitectura inspirada no pensamento helénico baseia-se nas ordens das colunas, nas proporções, nos entablamentos numa visão compositiva definitiva segundo a qual nada se pode acrescentar ou subtrair.

. O conflito entre tempo e espaço é o conflito entre liberdade e contrição, entre inventividade e academia; Decorre dessa contradição entre a cultura do tempo no judaísmo e a cultura do espaço no classicismo, o seguinte problema no âmbito do desenho urbano e arquitectura:

1) Se como na tradição do classicismo a arquitectura for entendida como a arte que tenta amarrar o tempo, então, ressalta desde logo a contradição entre judaísmo (a cultura do tempo, do devir dos eventos e da História) e a profissão de arquitecto (enquanto tentativa de amarrar esse devir a um espaço imutável e eterno). Talvez por isso, só a partir do séc. XX, e essencialmente a partir dos anos 80, os arquitectos judeus, imbuídos da sua própria cultura, ganharam projecção mundial; ultrapassaram tal conflitualidade, levando a dimensão tempo do espaço arquitectónico, ao cume das formas de expressão. Apesar dessa contradição, o judaísmo marcou de forma relevante toda a História Ocidental do Urbanismo e da Arquitectura.



fig. 6

Breve caracterização da Cultura Judaica, segundo Bruno Zevi

1. Não à mitificação da cultura.

Decorre do apelo Divino à Liberdade, a refutação de todo o tipo de mitos, inclusive o de cultura e arte. Ninguém como os judeus sabe que no mundo, já houve quem amante da cultura, atirasse seres humanos para as câmaras de gás e fornos crematórios.

«Não sou tão ingénuo a ponto de esquecer que o saber não traz automaticamente paz e piedade, porque já ocorreu na história que homens que amavam Brahms e Goethe tenham sido capazes de organizar campos de extermínio».

in Umberto Eco, Discurso pronunciado em Jerusalém por ocasião da cerimónia de agradecimento com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Hebraica.

Não Ao Mito Da Arte Catártica - Para o judaísmo a arte não é catártica, no sentido mítico ou evasivo. Ao contrário, como a ciência, é avessa aos mitos de qualquer natureza, transcendentes ou imanentes. O judaísmo na arte aposta no anticlássico, na desestruturação expressionista da forma, rejeita os fetiches ideológicos da proporção áurea e celebra a relatividade; desmente as leis autoritárias do belo e opta pela ilegalidade e pela falta de regras existente na realidade.

2. Celebração dos seguintes princípios do judaísmo no urbanismo e arquitectura civil:

Do relativismo - É do apelo Divino à Liberdade e consequência da própria diáspora que no judaísmo enquanto cultura, a história do pensamento, pode ser perfeitamente reconstituída apenas na dialéctica com o pensamento de várias épocas e de povos diversos. Consequência directa da diáspora, o judaísmo sempre dialogou e teve em conta as diferentes atitudes intelectuais e correntes ideológicas e filosóficas no mundo, mesmo as opostas. Avaliou simultaneidades e compatibilidades, bem como elaborou versões actualizadas da filosofia bíblica, tornou-se por isso a Cultura do Relativismo. Einstein, inventor da física relativista, era judeu.

Da dissonância - Não é necessário uma interpretação simbolista para se compreender que a emancipação da dissonância coincide com a emancipação do povo judeu, o elemento dissonante mais hostilizado, odiado, escarnecido e lesado da cultura humana. A dissonância é um dos aspectos fundamentais que caracterizam o judaísmo enquanto cultura. Emancipar a dissonância, diz Zevi, significa eliminar as últimas escórias do iluminismo e do neoclassicismo. O princípio da dissonância está também presente na arquitectura que reflecte a mensagem do judaísmo enquanto cultura; É graças a este princípio que os judeus, sempre que em contexto de liberdade e em consonância com a sua própria matriz cultural, assumem este princípio como indispensável e indissociável dos processos de mudança e transformação. Sem dissonância, por pequena que seja, não há evolução e transformação na arquitectura ou desenho urbano.

Da diversidade, diferença e irregularidade - "...não podemos renunciar ao princípio da "diversidade", diz Bruno Zevi, "não apenas porque é ele que nos qualifica ao longo de milénios em relação aos povos escravos de religiões idólatras, a concepções absolutistas e totalitárias ou postulados científicos e artísticos pretensiosos e falsos, mas também porque oferece uma chave insubstituível para entender as articulações, as inúmeras posturas e os múltiplos modos de ser judeu." A luta judaica pela emancipação do "diferente", também é prosseguida pela arquitectura.

Da anti-simetria - A simetria na arquitectura anda associada às formas estáticas, rígidas, e por isso a sua rejeição na cultura arquitectónica judaica ou de influência judaica civil do ocidente. Na Beira Interior quinhentista, em Portugal, dentro desta cultura, jamais surge uma fachada de edifício baseada na composição simétrica dos seus elementos. É curioso notar que também na arte dos bordados, as colchas de Castelo Branco quando de provável origem judaica, apresentam a árvore da vida sempre distorcida contrariando as leis da simetria. Também a tradição popular, considera que a porta de entrada das casas, a meio da fachada, dá azar.

3. Influência Judaica na História do Urbanismo e da Arquitectura do Ocidente

Graças à cultura judaica, a história do urbanismo e da arquitectura do ocidente é a história da luta em torno da libertação do espaço estático, introduzindo-lhe a dimensão tempo e o movimento.

4. O judaísmo na Arte é oposição ao:

- . Clássico;
- . Renascença;
- . Iluminismo;
- . Neo-clássico;
- . Cubismo
- . Racionalismo;
- . Pós-Moderno.

5. O judaísmo na Arte é celebração do:

- . Espaço labiríntico, viático, da fase catacumbária;
- . Organicismo vernacular e erudito;
- . Contraste direcciona da catedral Gótica;
- . Maneirismo;
- . Barroco;
- . Expressionismo;
- . Desconstrutivismo.

O princípio, viático labiríntico e catacumbário, tem prosseguido ao longo da História do urbanismo e arquitectura judaica. É percebido no traçado irregular e labiríntico dos aglomerados orgânicos medievais, nos percursos decorrentes das ligações interiores entre as casas nos bairros judeus quinhentistas da Beira Interior de Portugal, e na arquitectura de grandes criadores como Daniel Libeskind e outros.

As catacumbas judaicas de Torlonia (séc.I a.C a séc. I d.C.), em Roma, antecederam em cerca de cem anos as 60 catacumbas cristãs que tiveram influência daquelas; As catacumbas eram a cidade Divina, numa arquitectura viática, itinerário labiríntico e quebrado, o caminho sem destino; Por cima estava a cidade clássica, a cidade da ordem, monumental.

Quando os cristãos passaram a gerir a cidade clássica, assimilaram os seus valores com tudo o que Bruno Zevi designa por “bezerros de ouro”: a regra de ouro, a harmonia, a estaticidade e imutabilidade das formas, a forma ideal, o sentido do absoluto.

Por milénios, desde a pré-história até ao panteão romano, o espaço foi sentido como algo de negativo, e o homem construiu monumentos e templos privilegiando neles o aspecto plástico, escultórico, de grandes dimensões, e descuidando ou reprimindo o seu interior.

A consciência espacial nasce com extremo atraso na história e na experiência humana: ainda hoje a maior parte das pessoas, mesmo as cultas, não têm nenhuma sensibilidade espacial, detendo-se no invólucro, na caixa construída, sem “ver” o espaço.

Quando, com o Panteão de Roma, o espaço finalmente conquista um reconhecimento artístico, trata-se ainda de um espaço estático, esférico, fechado, imóvel, que se fecha em relação a qualquer contacto com o exterior, de modo que é iluminado somente por um óculo no alto. A dimensão tempo é ignorada.

A dilatação do espaço em St.^a Sofia / Constantinopla, rompe com a forma estática do Panteão de Roma.

Quando o pensamento judaico ou bíblico influencia a arquitectura nos primeiros séculos do cristianismo, ocorre uma operação revolucionária: a cela secreta reservada às estátuas dos deuses e sacerdotes, não usufruída pelo público, torna-se aberta e acessível.

As colunas que envolviam os templos helénico-romanos, passam para o seu interior acompanhando o percurso humano. O espaço não domina apenas o invólucro plástico; induzindo-o à sua própria conformação esse espaço ganha a dimensão tempo.

A dimensão tempo começa pois a influir na arquitectura no período romano tardio, quando a arte deixa de ser monopolizada pela plástica helénica, e acolhe da experiência hebraica a “narração contínua”.

Assim que a Igreja triunfa, incumbindo-se da herança das instituições romanas, realiza-se o compromisso entre a componente hebraica e o mundo greco-romano.

A basílica cristã, em antítese à romana, passa a organizar os seus elementos em função do percurso do homem, isto é, revoluciona ainda que de forma limitada o espaço estático romano; o movimento é então unidireccionado da entrada para o altar.

Porém, os “bezerros de ouro” reaparecem continuamente; as ideologias espaciais, estáticas, retornam com o renascimento mas são combatidas com o maneirismo.

Depois de Miguel Ângelo, reaparecem os “bezerros de ouro”, fetiches da arquitectura, mas são vencidos com a dinâmica dos espaços comprimidos ou dilatados do período do barroco, com Borromini.

Os valores da época clássica retornam com o neo-classicismo mas, são rejeitados de novo pelo movimento moderno.

O expressionismo arquitectónico encontra o seu maior expoente em Erich Mendelsohn. (...)

Nesse momento, o judaísmo encontra um arquitecto judeu.

Bruno Zevi

Influência Judaica na Arquitectura Contemporânea (segundo Bruno Zevi)

1. Arquitectos contemporâneos que no todo ou em parte da sua obra expressam a influência da cultura judaica:

- . Erich Mendelsohn (J)⁹ - Torre de Einstein em Potsdam (1918)
- . Le Corbusier – (N/J) - A Capela de Ronchamp, 1950
- . Frank Lloyd Wright – (N/J) - Guggenheim Museum, NYC, 1959 e a Casa da Cascata, Bear Run, PA, 1934-37
- . Richard Meier (J) – O Ateneu da Nova Harmonia, Indiana 1975 a 1979
- . Peter Eisenman (J) – Memorial em Berlim às Vítimas do Holocausto, 2005, e o Centro Universitário das Artes em Atlanta, 1991
- . Daniel Libeskind (J) – Museu Judaico de Berlim, 2004
- . Zvi Hecher (J) - Apartamentos em Espiral, Ramat Gan / Israel, 1963
- . Frank Gehry (J) – A Casa Dançante, Praga, 1994

2. Reflexos dos princípios do judaísmo no urbanismo e arquitectura quinhentistas na Beira Interior de Portugal.

Análise conjunta de casos: Belmonte, Meda, Penamacor, Castelo Branco, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Trancoso;

. Símbolos religiosos associados à arquitectura na Beira Interior quinhentista, expressão de presença judaica :

⁹ (J) = judeu e (N/J) = não judeu

Hanukiahs; Menoraths; Mezuzahs; Hexagramas (Estrela de David); Pentagramas (Selo de Salomão); Cruciformes.

Estes símbolos surgem com maior frequência nas ombreiras biseladas e nas tosas das portas das casas quinhentistas, com vãos desalinhados de portas e janelas.

a) Considerações gerais sobre a questão dos cruciformes.

. Existe em toda a Beira Interior, uma fortíssima tradição oral de que casa com cruciforme/s foi habitada por judeus.

. Segundo a tradição oral, os judeus, tentando evitar ou minimizar perseguições, ver-se-iam obrigados a colocar cruciformes nas ombreiras das portas das casas que habitavam, de forma a manifestar a sua conversão ao cristianismo.

. Considero, ao contrário da posição actual da Prof.^a Dr.^a Maria José Ferro Tavares, que os cruciformes quanto à sua origem e significado, perante a fortíssima tradição oral, podem e devem ser analisados como indiciadores potenciais de “casa habitada por judeus”, ainda que nem todos o sejam.

. Os cruciformes, com alguma frequência são dificilmente perceptíveis mesmo por quem já esteja treinado na sua visão, o que se consegue por vezes só com luz rasante e a determinadas horas do dia. Pude constatar que existem pessoas que convivem com os cruciformes das ombreiras das suas portas há décadas, sem que nunca se tenham apercebido da sua existência.

. Os cruciformes não têm propriamente interesse como elemento decorativo numa linguagem arquitectónica, mas sim como elemento de grande valor simbólico que pode potenciar a compreensão dessa mesma linguagem do edifício.

. O cruciforme, pode ainda ter grande importância do ponto de vista arqueológico, histórico e etnológico, se for confirmado que a tradição oral tem razão quanto à sua origem e significado.

. Refira-se também, que se o cruciforme é indicativo de casa habitada por judeus, tal não é garante de que essa mesma casa seja expressão de linguagem arquitectónica mensagem de cultura judaica.

. Os cruciformes, que existem desde a Pré-História, como qualquer símbolo, em contextos e épocas diferentes, podem ter interpretações e significados diferentes. Há que tipificá-los, contextualizá-los, interligá-los e articulá-los com outro tipo de informação e elementos da arquitectura para que possamos chegar progressivamente a alguma luz sobre o assunto.

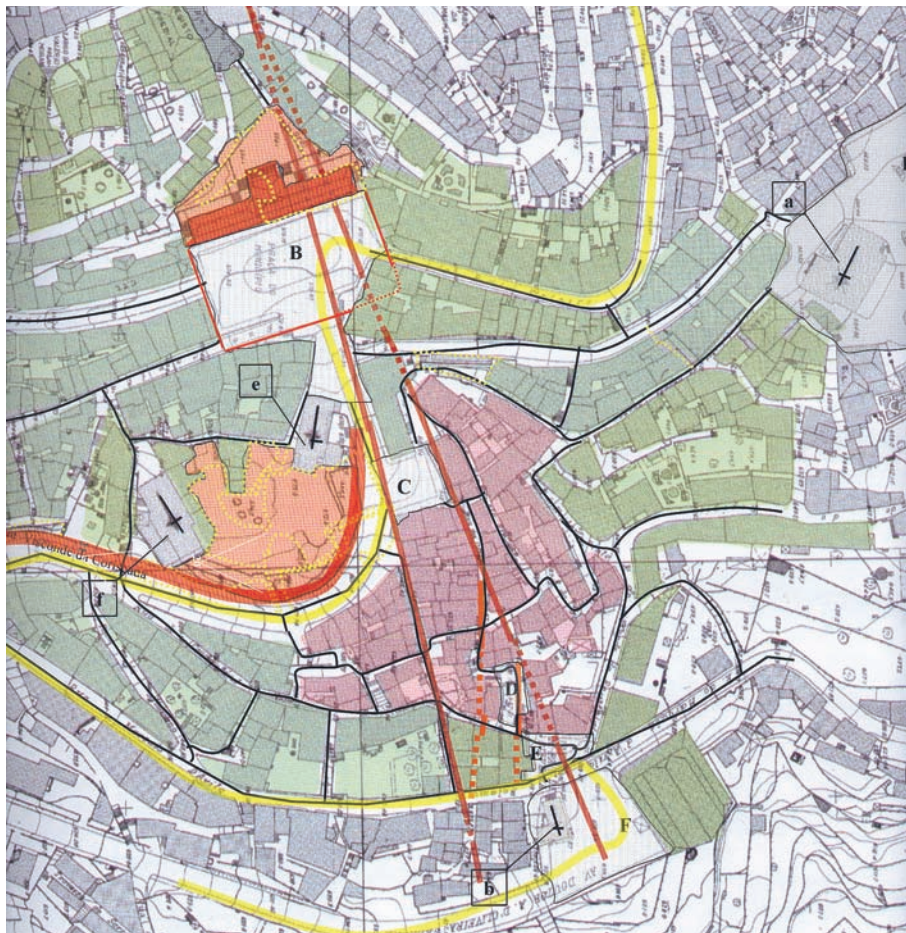
b) Considerações Sobre os Cruciformes na Beira Interior

. Existem com maior frequência nas casas das judiarias e zonas directamente envolventes, em fachadas com ombreiras e tosas cortadas a 45 ° em bisel e com os vãos desalinhados; Porquê esta coincidência?

. Existem cruciformes de forma muito dispersa, em muito menor quantidade, noutras áreas dos tecidos históricos, em casas já com tendência para a regularidade e alinhamento dos vãos, e com as ombreiras e tosas cortadas a ângulo recto.

. Na Beira Interior, há uma grande coincidência (presumo cerca de 75%)¹⁰ de marcas cruciformes, em ombreiras ou vergas biselados de portados ou janelas quinhentistas. Porquê tal coincidência?

¹⁰ Sobre esta estimativa há que proceder a um cálculo rigoroso com base num cadastro sistemático dos casos existentes.



mapa 1 Planta gentilmente cedida pela Arqt.ª Cecília Zacarias.

. A grande quantidade de casas quinhentistas com (portados biselados, vãos desalinados e ligações interiores entre si), com cruciformes ou outras marcas religiosas, só se pode explicar pela vinda massiva em 1492 de cerca de 120.000 sefarditas de Espanha para Portugal e o presumível enorme surto de construção decorrente dum aumento de mais de 60% na população da Beira Interior. Sendo os cruciformes coincidentes na sua maior percentagem com o surto de construção de novas tipologias e linguagens arquitetónicas predominantes no séc. XVI, pode concluir-se que andem em regra associados a casas habitadas ou mandadas construir por judeus conversos.

3. Características Que Sugerem A Presença Ou Influência Do Judaísmo Na Arquitectura E Urbanismo Da Beira Interior Quinhentista

a) Características do Urbanismo

. Grande compactação urbana e traçados orgânicos de arruamentos em labirinto; Exs.: Trancoso, Medelim / Idanha-a-Nova, Linhares da Beira / Celorico da Beira.

. Recusa da malha ortogonal, mesmo em zonas planas; quando aquela existe como pré existência, é forçada a adoçar-se à topografia do terreno e a ganhar sinuosidades;

. Existem alguns traçados de arruamentos em espinha ondulada de peixe, em que o eixo principal ganha ondulação de percurso;

. A zona antiga da cidade de Castelo Branco apresenta um traçado radial/ortogonal, reflexo de tensões entre a cultura urbanística de tradição geométrica clássica levada a efeito por D. Dinis e pelos Templários e a cultura orgânica associada à forte presença judaica. O traçado viário de linhas rectas em planta, é no terreno um traçado repleto de sinuosidades e ondulações adoçadas à morfologia da encosta.

Na Judiaria da Covilhã verificam-se dois pólos de radialidade: o primeiro a partir da Igreja de St.ª Maria e o segundo na Pç. do Município.



fig. 7 Casa do Celeiro / Castelo Branco.

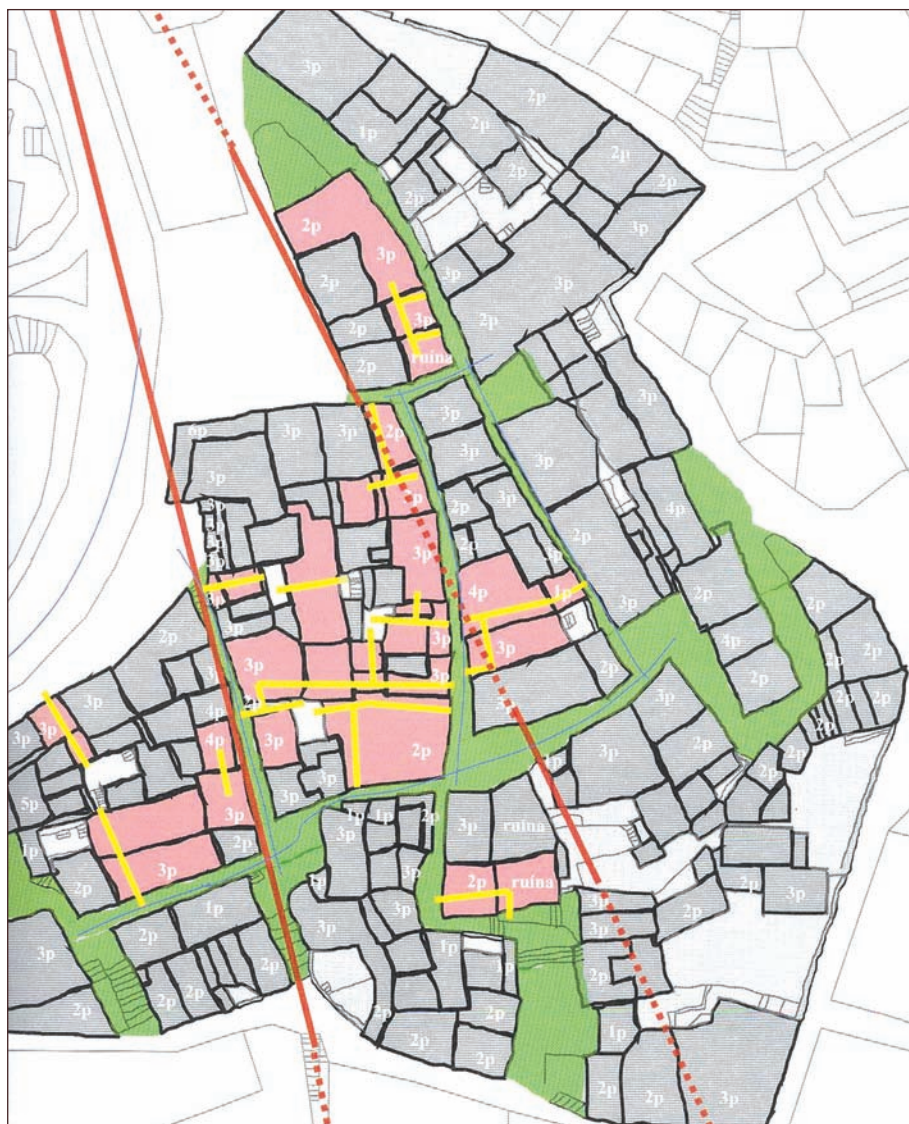


fig. 8 Planta gentilmente cedida pela Arqt.^a Cecília Zacarias, com base nos estudos desenvolvidos pelo G.T.L. da Covilhã para a Judiaria, coordenados pelo Arqt.^o Pedro Flávio.

A amarelo estão os percursos já inventariados de ligações internas entre as casas, para facilitar a prática secreta de culto judaico e fuga às perseguições da inquisição.

- . Total recusa de simetrias na arquitectura civil e no urbanismo;
- . Recusa de formas repetitivas, mesmo que dentro da mesma tipologia;
- . Polígonos base de implantação das casas em forma trapezoidal;
- . Ondulação do plano das fachadas nos arruamentos;
- . Recusa das leis perspécticas.

É uma constante no urbanismo de raiz ou com influências judaicas a ausência de leis perspécticas nos arruamentos, como forma de aproximação ao espaço labiríntico orgânico para resistência e protecção à fuga.

b) Características da Arquitectura

- . Tal como Bruno Zevi refere quanto ao judaísmo na arquitectura, também aqui se verificam os princípios da diversidade, diferença, irregularidade, não repetividade e anti-simetria;
- . Acentuado desalinhamento de vãos de portas e janelas; (Fig.7)
- . Portados biselados, em regra com símbolos religiosos nas ombreiras ou vergas;
- . Ligação entre as casas, em labirinto, pelo seu interior;



fig. 9 (conjunto) Imagens gentilmente cedidas pelo Arqt.º Nuno Garcia Linguagens arquitectónicas clássica e orgânica, respectivamente nos alçados principal e tardo do solar da Barroca Grande / Fundão (séc. XVIII); no todo resulta um edifício característico do marranismo em Portugal.

Um relato de tradição oral de grande importância: “contavam os avós do meu marido que as casas com as ombreiras das portas cortadas eram dos judeus; estavam todas ligadas por dentro para fazerem as rezas escondidos”.

Sr.ª Augusta Mateus – Rua da Igreja – Monsanto da Beira – 31.10.2006

. A existência por vezes da chamada Pedra do Espírito Santo numa das divisões da casa;

. Existência por vezes de armários de altar (judaicos) ou de pedras de altar (de influência judaica, ligados ao culto do Espírito Santo);

. Formas de composição aditiva, geradoras da transformação contínua da arquitectura;

c) Cripto-judaísmo na Arquitectura:

O termo marrano, depreciativo, era referido aos judeus sefarditas da Península Ibérica, obrigados a adoptar identidade cristã, pela força, como consequência das cruéis perseguições levadas a cabo pela inquisição. Muitos mantiveram as suas antigas tradições como cripto-judeus, professando o cristianismo em público, e o judaísmo em segredo. O cripto-judaísmo, também é visível na arquitectura da Beira Interior a que chamamos ARQUITECTURA CRIPTO-JUDAICA, apresentando esta nos alçados, principal e tardo, duas linguagens diferentes, a clássica (estática, obedecendo às leis da simetria e pensada de fora para dentro) e a orgânica (irregular, dinâmica e pensada de dentro para fora).



fig. 10 (conjunto) Provável evolução tipológica das casas quinhentistas quanto ao número de pisos.

1. Exemplos de Arquitectura Cripto-Judaica

. Solar da Barroca Grande / Fundão (antes da intervenção arquitectónica recente); (F9)

Verifica-se a confluência de linguagens judaica e clássica:

- Na tradição do Judaísmo, o alçado tardo do solar da Barroca Grande (F9) foi pensado de dentro para fora, apresentando os vãos daquela fachada desalinhados;

- O alçado frontal no mesmo edifício, segundo o classicismo, foi pensado de fora para dentro, com forte alinhamento de vãos e obediência ao princípio da simetria e axialidade na composição da fachada.

. Solar de Casal Vasco, concelho Fornos de Algodres.

. A Casa dos Cabrais em Belmonte

4. Breve Síntese da Evolução Tipológica da Habitação Quinhentista com influências judaicas na Beira Interior (F10)

Cada casa, mesmo que ao lado de uma outra de igual tipologia arquitectónica e ligadas interiormente, expressa sempre uma identidade e individualidade própria;

As linguagens e os princípios, os símbolos religiosos e os índices que potenciam a identificação da arquitectura judaica quinhentista na Beira Interior de Portugal, reflectem-se nas seguintes tipologias arquitectónicas:

- 1) Casas de piso térreo;
- 2) Casas de dois pisos:
 - 2a) Com balcão lateral direito ou esquerdo, com ou sem alpendre;
 - 2b) Com balcão de gaveto, com ou sem alpendre e com ou sem janelas de gaveto; A janela de gaveto, elemento de cavidade para entrada de luz no edifício, dá dinâmica e movimento ao espaço interior, afunila-o, orienta o olhar de dentro para fora no sentido do ângulo e não do plano, anula a percepção de regularidade e estaticidade geométrica desse mesmo espaço, de acordo com a mensagem judaica na arquitectura do séc. XVI.
 - 2c) Sem balcão:
 - 2ca) Com porta estreita;
 - 2cb) Com uma porta estreita e outra larga.
- 3) Casas de três pisos, com ou sem varanda.

Semelhanças de linguagens na arquitectura das raia de Portugal e de Espanha durante o séc. XVI

. Na Beira Interior de Portugal, a partir dos começos do séc. XVI, as linguagens arquitectónicas apresentam muitos aspectos semelhantes aos das judiarias ou outros locais de implantação judaica, na Raia de Espanha.

. É compreensível que face às perseguições de que eram alvo, os judeus encontrassem nas raia de Portugal e de Espanha, um espaço de relativa segurança, chegando mesmo a fixar-se em lugares muito recônditos e pouco acessíveis. Perseguidos, colocar-se-iam mais facilmente em fuga e a salvo para um ou outro lado da fronteira.

Por tudo isto se considera natural que num e no noutro lado da fronteira, existam tipologias e linguagens de arquitectura, e outros aspectos de cultura, muito semelhantes.

Conclusões

. É muito limitada a tese de que a “casa de judeu” na Beira Interior, se resume à tipologia de r/chão e 1.º andar, com porta larga e porta estreita e janela, sem balcão, na fachada principal, tal como descrito no levantamento da Arquitectura Popular, elaborado pelo antigo Sindicato dos Arquitectos Portugueses;

. Constata-se na Beira Interior, a existência de uma grande diversidade de tipologias e variantes de casa vernácula, quinhentistas, em banda, com 1 piso térreo, piso ao nível da rua e meio piso em cave, 2 pisos e nalguns casos 3 pisos;

. Cada casa de r/chão e 1.º andar pode ter ou não escadaria exterior saliente do plano da fachada e com balcão.

. O balcão tem ou não guarda e poderá ser coberto ou descoberto.

. Abarcando toda a complexidade de tipologias referidas, as casas que expressam a cultura judaica na Beira Interior Norte e Sul são no seu conjunto construções muito compactadas, geralmente em rede, porquanto ligadas entre si por portas interiores em paredes meeiras ou confinantes, facilitando a fuga em percursos labirínticos e práticas colectivas de culto em segredo;

. Porém, em cada uma das tipologias referida, podemos encontrar nas ombreiras ou tosas das portas: Marcas ou sinais que expressam a presença da cultura judaica (Mezuzzas, Hanukias, Menoraths, Hexagramas, Pentagramas, Cruciformes.)

. Coloca-se a questão: Foi a cultura judaica que influenciou a arquitectura vernácula, popular, da Beira Interior, ou o inverso?

Parece evidente, que o judaísmo influenciou e marcou profundamente a arquitectura civil na Beira Interior, durante o séc. XVI.

- . O organicismo é uma das linguagens arquitectónicas da mensagem cultural judaica na arquitectura, sucedendo o mesmo com grande parte da arquitectura vernácula na Beira Interior.
- . Segundo Bruno Zevi, a arquitectura civil que reflecte a mensagem cultural judaica é evolutiva, anti-estática, espontânea, aditiva e irregular, tal como grande parte da arquitectura vernácula quinhentista na Beira Interior, o é.
- . A arquitectura civil que reflecte a mensagem cultural judaica recusa as leis da simetria, tal como grande parte da arquitectura vernácula quinhentista na Beira Interior as contesta.
Nota: em Monsanto da Beira diz-se que a porta principal a eixo da fachada, dá azar!
- . De acordo com os princípios da irregularidade e da diversidade, segundo Bruno Zevi, características essenciais da cultura judaica, as tipologias referidas da Beira Interior quinhentista apresentam em regra polígonos base de implantação com forma irregular, trapezoidal;
- . A distribuição dos vãos nas fachadas refuta alinhamentos horizontais com verticais, ou simplesmente quaisquer alinhamentos, introduz movimento gerador de desconstrutivismo, e o seu dimensionamento ou aspecto decorativo é diversificado e diferenciado;
- . Ao contrário da arquitectura orgânica e desconstrutivista descrita como sendo expressão da cultura judaica, pode observar-se uma outra arquitectura vernácula civil na Beira Interior, seguida pelos cristãos, com tendência para a regularidade da forma dos polígonos base de implantação, repetitividade e alinhamento dos vãos na composição das fachadas, alinhamento dos planos das fachadas, existência de simetrias e eixos perspectivos nas casas e arruamentos.
- . Ao contrário do postulado determinista quanto à relação casa região ou local, a arquitectura popular séc. XVI na Beira Interior não foi criada de um só golpe para um só lugar, é evolutiva e dinâmica no tempo, é fortemente expressiva da dimensão tempo na arquitectura, característica essencial da cultura judaica.
- . Na arquitectura vernácula da Beira Interior, todos os edifícios têm identidade própria mesmo que sigam a mesma tipologia e se encontrem ligados interiormente entre si; tal não sucederia se obedecessem a modelos.
- . O “desconstrutivismo natural”, se assim se pode chamar quando relativo à arquitectura vernácula de influência judaica na Beira Interior, é potenciado por uma postura cultural que associa organicismo, liberdade formal, desalinhamentos e economia.
- . A cultura arquitectónica judaica civil, segundo Bruno Zevi, é na sua essência, orgânica, expressionista ou desconstrutivista.
- . Na Beira Interior, as tipologias de arquitectura vernacular aqui referidas, quinhentistas, têm que ter origens culturais; estas são demasiado evidentes e coincidentes com a mensagem cultural do judaísmo.
- . Na Beira Interior, o urbanismo e a arquitectura do judaísmo foram um urbanismo e arquitectura de resistência, de coexistência e contextualização;
- . Na cultura da Beira Interior de Portugal, uma das suas componentes mais ricas, o judaísmo, encontra-se tapado, escondido, em regra inconsciente, quer pelo medo, quer pela morte da memória e falsificação da história.



**JUDAÍSMO
E ARQUITECTURA
VERNÁCULA CIVIL
NA BEIRA INTERIOR
QUINHENTISTA**



PORTUGAL /
BEIRA INTERIOR



Figueira de Castelo Rodrigo
Casa quinhentista

Edifício na Zona
Histórica da
Guarda - recusa de
simetrias,
diferenciação de
cada vão e
desalinhamento
dos vãos na
fachada



Princípio da diversidade e
diferença no desenho das
molduras dos vãos - Rua de
St.ª Maria - Castelo Branco



Micvi: Aldeia de Castelo Rodrigo - um arco
estilo gótico e outro moçárabe na fachada



Micvi: Aldeia de Castelo Rodrigo – um arco estilo gótico e outro moçárabe na fachada



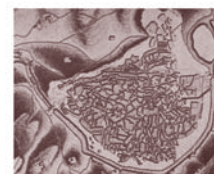
Desalinamento dos vãos e recusa intencional de simetria na fachada. Trancoso

No vasto conjunto de colchas de bordados de Castelo Branco, existem algumas dentro do tema da "árvore da vida" que contrariam intencionalmente na sua composição, o princípio da simetria. Quer pelo motivo do bordado, a "árvore da vida", quer pela forma da expressão artística, sustento que este tipo de colchas seja de origem ou influência cultural judaica.



1

1 – Em Roma, as catacumbas cristãs de Domitila, (*imagem supra*) reflectem a concepção labiríntica das catacumbas judaicas de Torlonia que as antecederam em cerca de um século.



2

In BEAUJOUR, Garnier, CHABOT, Georges: (1970) «Tratado de Geografia urbana». Barcelona, España. Vicens Vives.

2 – Toledo;

3 – Trancoso

3



1

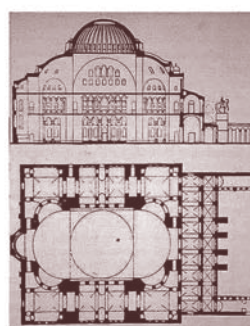


2



3

1. Catacumbas de Roma
2. Museu judaico de Berlim – Arqt.º Libeskind
3. Museu Judeu Dinamarquês, Copenhaga, Dinamarca – Arqt.º Libeskind



Corte e planta e interior da Hagia Sofia de Constantinopla, 532-537 d.C.
In http://scriptoriumciberico.blogspot.com/2005_05_01_scriptoriumciberico_archive.html

A basílica cristã primitiva não é mais o edifício misterioso que guarda um deus, e em certo sentido nem é a casa de Deus, mas o lugar de reunião e de oração dos fiéis, de acordo com a tradição hebraica.

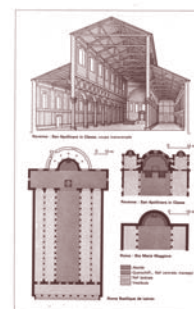
A consciência espacial judaica com a **escala humana** dos gregos e o **saber construtivo** romano, produziram uma revolução no espaço Latino.



Santa Sabina de Roma, 422-432
http://scriptoriumciberico.blogspot.com/2005_05_01_scriptoriumciberico_archive.html

Basílicas dos começos do cristianismo

- 1 e 2. Ravena / St.^o Apolinário
3. Roma / Basílica de Latrão
4. Roma / St.^a Maria Maggiore



In Atlas d'architecture mondiale
 Edif. Stock

É a dimensão tempo da tradição judaica que na igreja de Santa Sofia contribui decididamente para a exaltação e dilatação do espaço arquitectónico do mundo bizantino



os contrastes direccionais da catedral gótica acentuam a dimensão tempo na arquitectura



Catedral de Paris; França (1163-1250) — in <http://mega.ist.utl.pt/~tfm/>

A dimensão tempo é dada também pelas implantações assimétricas, os percursos labirínticos, a simbiose entre os edifícios, as praças e ruas da civilização medieval



• Com o maneirismo, Miguel Ângelo, na colina do Capitólio teve a incrível coragem de conceber uma praça trapezoidal, em antítese à perspectiva, comprimindo e alargando o espaço, sugando-o como remoinho afim de o tornar dinâmico.



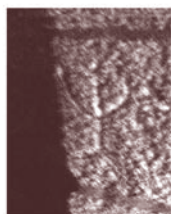
Foto In, [http://es.encyarta.msn.com/media_221617310_761556259_-1_1/Capitolio_\(Roma\).html](http://es.encyarta.msn.com/media_221617310_761556259_-1_1/Capitolio_(Roma).html)



1. Igreja de S. Carlos
das Quatro Fontes
1665-1667

2. Igreja de S.Maria das Sete Dores.

3. Borromini retratado por Bernini 1599 - 1667



Penamacor:
área de
implantação das
comunidades
judaicas
e marcas
cruciformes

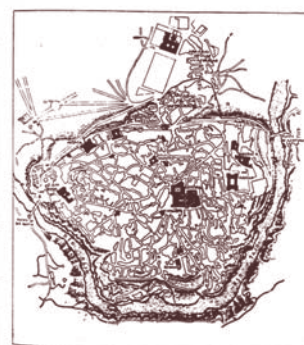
Autor:
Arqt.º Latino Tavares



Guarda - cruciformes



Trancoso / Portugal



Toledo / Espanha

MEDELIM
Idanha-a-Nova
(O Labirinto dos arruamentos
e a Rua da Judiaria)

Imagem cedida pela
C. M. Idanha-a-Nova



LINHARES DA BEIRA
Judiaria



Traçado dos arruamentos em espinha de peixe.
Mapa in desdobrável G.T.L. / Câmara Municipal do Fundão



Castelo Branco
— a cidade dentro de
muralhas (séc.XIV)
à época de D. Dinis,
apresenta um traçado
de tendência radial/
ortogonal, adocado à
morfologia
de encosta.

Por menor de Planta
assinada pelo
Eng. Vaz da Silva - 1895



Desalinamento dos vãos
e recusa intencional de simetria na fachada. Trancoso



É da irregularidade geométrica, forma trapezoidal dos polígonos base de implantação das casas, e da construção em banda contínua, que as ruas ganham traçado irregular e as fachadas dos edifícios criam movimento e ondulação entre os seus planos.

Ex.: Rua da Alegria / Trancoso



Rua com ondulação de fachadas e de vãos
– Marialva / Meda



Judiaria da Guarda
– Casas com desalinhamento dos vãos e portados biselados na fachada



EXEMPLOS DE OMBREIRAS E VERGAS BISELADAS
a necessidade de contrariar o ângulo recto no talhe da pedra



porta chanfrado e cruz



Armário de Altar com três pocinhas para a água, o vinho e o azeite

Sabugal

Casa no Largo do Castelo



PEDRA DE ALTAR

Afecta ao culto do Espírito Santo praticado provavelmente por cristãos-novos ou cripto-judeus.

Foto em sala de casa de Monsanto da Beira / Rua da Igreja/
Casa de Dr.ª Aida Rechena

Casal Vasco, concelho Fornos de Algodres. Exemplar séc.XVIII de arquitectura "marrana".

Princípio da diferenciação do desenho de cada moldura de vão de janela, contrariando o princípio da repetitividade dos vãos em fachada plana. O alinhamento dos vãos já expressa uma tendência para o marranismo na arquitectura



**Casa dos Cabrais (séc.XVIII)
– Belmonte**

Um exemplo de arquitectura "marrana" com aspectos desconstrutivistas na fachada e interior labiríntico



CÁCERES – JUDIARIA VELHA E SINAGOGA



Desalinhamento dos vãos nas fachadas



Judiaria Velha de Cáceres - diferenciação decorativa da moldura de cada vão e fortes desalinhamentos entre si.

ESPAÑA - CIDADE RODRIGO



Edifício quinhentista com acentuado desalinhamento dos vãos nas fachadas. O brasão, quanto à localização de gaveto, independentemente do seu significado no campo da heráldica, introduz uma leitura compositiva desintegrada.



Espanha / La Alberca – Arquitectura orgânica com provável origem ou influência judaica

Exílio

*Quando a pátria que temos não a temos
Perdida por silêncio e por renúncia
Até a voz do mar se torna exílio
E a luz que nos rodeia é como grades*

Sophia de Mello Breyner Andresen

- [#Link Permanente](#) posted by Nuno Guerreiro @ 12/11/2003 04:46:28 PM

Um percurso com fé. O património Judaico de Trancoso

Carla Alexandra dos Santos
(Historiadora)

A presença judaica no território português prolongou-se por um período de pelo menos mil anos, numa perspectiva arqueológica e legitimamente entre os anos de 482 e 1496 d.C., esta última data do édito de expulsão desta comunidade. Após estes séculos, uns converteram-se ao cristianismo, pelo menos aparentemente, os outros saíram do país. A presença da comunidade judaica em Trancoso é anterior ao reinado de D. Pedro I, este monarca concedeu-lhe pela primeira vez, a 15 de Setembro de 1364, judiaria apartada, localizada na rua da metade da ...*"vila onde sempre tinham vivido"* (LIPINER, 1996:29). Posteriormente na chancelaria de D. Afonso V, obtemos a informação de uma carta de confirmação de *"todallas graças e previlegios e liberdade"* à comuna dos judeus outorgada a 15 de Julho de 1439. A 27 de Novembro de 1464, Lopo Albuquerque era nomeado *"...real da judiaria de Trancoso, com a feira..."*, a fim de obter os impostos sem a intervenção de oficiais régios. A 18 de Janeiro de 1470, o rei substitui o tabelião dos judeus de Trancoso, porque João Afonso renunciou às funções e nomeou o escudeiro Fernando Álvares residente na vila de Trancoso (JOSÉ MARQUES, 1988: 226-236). No século XIII existe um aumento da população e da proliferação de vários templos à volta do núcleo urbano de Trancoso. Desta forma tornou-se necessária a protecção contra os ataques inimigos e é desde nesta altura e nos reinados atrás mencionados que se constrói a ampliação da cerca amuralhada. Passando deste modo as Portas D'El – Rei, a serem as mais importantes da vila (CORREIA, 1989: 123-124), até aos nossos dias. Ao longo do século XV a população judaica cresceu substancialmente em Trancoso, tornou-se mais numerosa que a comunidade da Guarda, (VASCO RODRIGUES, 1980: 18). O mesmo é confirmado pela necessidade que os judeus tiveram em ampliar a sinagoga, o pedido foi efectuado ao rei D. João II a 12 de Dezembro de 1481, (LIPINER, 1996: 31). O fim da tolerância estava próximo, D. Manuel em Dezembro de 1496, expediu uma provisão na qual ordenava a saída do país de todos os judeus e muçulmanos, não escravos e não convertidos à fé católica. Mas o pior, para os que optaram ficar, os chamados cristãos-novos, ainda havia de vir; já no reinado de D. João III, estabeleceu-se também em Portugal o Tribunal da Santa Inquisição. Esta intolerância iniciava-se no século XVI e rumaria até ao século XIX, muitos foram perseguidos e mortos nos vários Autos de Fé que foram acontecendo ao longo destes séculos (HERCULANO, 1975: pp.180-212); Entre eles também contavam muitos cristãos-novos naturais e/ou moradores em Trancoso que foram julgados pelo mesmo Tribunal.

O património judaico em Portugal exprime-se através da documentação escrita, nos usos e costumes mas, também nos testemunhos materiais da presença desta comunidade religiosa. As judiarias, as sinagogas e as lápides funerárias judaicas, constituem aspectos do património material judaico. Outro dos aspectos desse património material é constituído pelas marcas mágico-religiosas que se identificam em muitos imóveis das antigas judiarias portuguesas, (BALESTEROS; CARLA SANTOS, 2000: 331).

As marcas de simbologia religiosa judaica e cristã são identificadas por cinco grupos: as marcas nas «mezuzot», ou seja ombreiras de porta, as quais resultam da tradição judaica de marcar nas portas das casas ou sinagogas o testemunho da fé monoteísta no Deus único de Israel; as cruzes cristãs; as abreviaturas católicas; as marcas longitudinais (BALESTEROS, 1995-96: 19-26); as gravações de «menorot», ou seja candelabros judaicos (BALESTEROS; SANTOS:2003, pp.9-40) e as inscrições cripto-judaicas.

A marca na Mezuzáh que em hebraico significa "ombreira de porta"; plural de "mezuzot", é um rolo de pergaminho contendo o texto manuscrito dos dois primeiros parágrafos do SHEMA, e é colocado num estojo e fixado na ombreira direita das portas da casa. A mezuzáh representa um cumprimento literal do mandamento de escrever as palavras de Deus "nos umbrais de tua casa". É costume beijar a mezuzáh ao entrar na casa ou ao sair dela, e ela serve de lembrete ao homem para que não peque. Ela também garante um lar feliz, e uma vida longa. De facto, o *Talmud* observa que um rei humano tem um contingente de soldados para guarda-lo, mas Deus, o Divino Rei, guarda os seus súbditos com a mezuzáh. Sob influência da Cabala, muitos judeus vêem na mezuzáh um talismã, e o nome divino escrito no lado de fora do pergaminho (Shadai) é considerado uma abreviação das palavras hebraicas "shomer dlatot Israel", que significam "guardião das portas de Israel". Alguns rabinos estipulavam as épocas adequadas, determinadas pela astrologia, em que as mezuzot, na qualidade de amuletos, deviam ser escritas, (UNTERMAN, 1992: p.174).

A Menoráh (que em hebraico, significa candelabro), é um candelabro de ouro de sete braços cheios com óleo de oliva, era mantido permanentemente aceso no Templo de

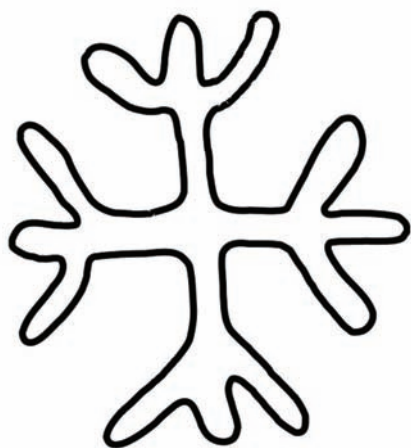


fig. 1 e 2 Rua da Estrela



fig. 3 e 4 Rua de S. João

Jerusalém. Simbolizava a sabedoria divina, sendo a Torá comparada à luz. A menoráh original, feita no tempo em que os israelitas perambulavam pelo deserto, tinha um desenho magnífico. Moisés fundiu o ouro no fogo, e a menoráh tomou forma por si própria. Durante a festa de HANUKÁH acende-se uma menoráh de oito braços para comemorar o candelabro do Templo no séc. II a.C. Desde os tempos do Templo o candelabro tem sido um dos principais símbolos judaicos, ocorrendo em lápides tumulares, mosaicos de sinagoga e diagramas cabalísticos. Representações tridimensionais do candelabro de sete braços são no entanto raras, pois era proibido reproduzir qualquer dos implementos do Templo, (UNTERMAN, 1992: p.172).

A escassez de documentação escrita que confirme a investigação material, é uma das dificuldades que crescem quando queremos responder à questão de quem gravou e qual a intenção que determinou estas gravações. Serão estas resultantes de um puro acto de fé por parte dos cristãos – velhos ou novos ou reflectirão antes uma necessidade de defesa por parte dos cristãos – novos, gravando essencialmente cruciformes nas ombreiras das portas para afirmarem a sua adesão ao novo credo religioso (BALESTEROS; CARLA SANTOS, 2000: 334).

No que diz respeito às marcas mágico – religiosas, presentes nos imóveis do Centro Histórico de Trancoso, temos até ao momento inventariado um total de 130 marcas que englobam: cruces cristãs, abreviaturas católicas, inscrições hebraicas, (menorot=candelabros), mezuzáh, figuras, estrelas, rasgos longitudinais e associadas a algumas ou de forma isolada ainda a gravação de datas correspondentes aos séculos: XVII, XVIII, XIX). Entre as inúmeras marcas iremos referir apenas alguns exemplos daquelas que nos parecem de maior significado cripto-judaico. O exemplo seguinte é um cruciforme decorado com as extremidades a representarem o primeiro carácter hebraico da palavra D`US = SH`DAI, bem como as ramificações as doze tribos de Israel (Cohen)¹.

No entanto as inscrições cripto-judaicas interpretadas de acordo com os caracteres hebraicos e cabalísticos trazem uma leitura que se torna pioneira em Portugal, uma vez que ao longo de anos pensou-se estar perante datas do século XVIII. Temos dois exemplos idênticos na Rua de S. João, em plena judiaria, no entanto aqui apenas colocamos um dos exemplos.

Esta inscrição apresenta um conjunto de 4 caracteres hebraicos com as letras “resh, vav, resh, vav” tendo os vav uma pontuação superior denominada Holam que faz com que um V se transforme num O assim lê-se a inscrição como “RORO” como não existe nenhuma palavra em hebraico contemporâneo ou bíblico idêntica com esse grafismo ou expressão, pode-se concluir de uma forma objectiva que se trata de uma mensagem encriptada.

A *criptologia* apresenta-se neste caso com duas vertentes: a de numerologia e a da língua vernácula da população ou seja o Português.

No que se refere à numerologia a inscrição apresenta os seguintes valores 200,6,200,6, pode-se extrapolar toda a questão das matemáticas sendo certo que “resh e vav” são 206 mas o resultado de 412 seria apresentado como “taf, yod e bet” portanto deixa-se o campo em aberto para as mais infinitas transcrições numerologias ou quiçá com indexações cabalistas.

Na questão da língua vernácula as letras hebraicas tem uma capacidade sonora idêntica às letras latinas o que permite ler em português qualquer documento escrito em hebraico, e se atendermos que a leitura do hebraico é feita da direita para a esquerda e se como se faz nas línguas latinas lermos da esquerda para a direita então teremos a expressão “OROR”, que provavelmente seria a mensagem de alguém transmitindo o horror de viver uma vida dupla sempre com o horror de morrer pela incompreensão dos outros em relação à sua fé.²

A existência deste património não acontece somente no Centro Histórico de Trancoso, mas também nas freguesias do concelho. No entanto as mais representativas são: Moreira de Rei, Carnicães, Freches, Côtimos e Torre do Terrenho.

No caso de Torre do Terrenho encontramos vinte e oito marcas de simbologia religiosa, gravadas nas ombreiras dos imóveis, das quais vinte e sete são cruciformes e um candelabro com sete braços. No que se refere às marcas cruciformes, estas estão associadas a datas, a abreviaturas religiosas, isoladas ou em conjunto. A Rua da Carreira é a artéria da povoação, que tem maior quantidade de marcas cruciformes e onde está gravado o candelabro.

¹ Hipótese de leitura interpretativa de Paulo Vitorino e Rabino Daniel Litvak.

² Leitura Paulo Vitorino e Rabino Daniel Litvak.

Se para algumas povoações não encontrámos documentação escrita suficiente que prove a presença de judeus ou cristãos – novos; para o caso da Freguesia de Torre do Terrenho isso é documentado quando D. Luís Monterroio comprou os terrenos para a construção do Solar dos Brasis, classificado com Imóvel de Interesse Público, estes encontravam-se confiscados porque tinham pertencido a uns cristãos – novos, condenados pelo Santo Ofício desta povoação (MARTINS, 20001:10). Nos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820), este rol informa-nos de alguns nomes de pessoas naturais e moradores na freguesia da Torre do Terrenho: Brites Mendes em 1671; Isabel Neta em 1674; Manuel Lopes e Clara Borges em 1674; (CORREIA, 1986: 104-109).

No mapa seguinte podemos observar a distribuição das marcas e inscrições gravadas nos imóveis do Centro Histórico de Trancoso, sendo a parte Este da Cidade aquela que apresenta maior numero bem com sendo ai também que se localiza a Casa do Gato Preto e o Poço do Mestre, sendo esta parte conhecida como judiaria.



fig. 5



fig. 6 Casa do Gato Negro ou Preto

A casa do gato preto ou negro em Trancoso foi tida durante muito tempo como a provável sinagoga medieval, no entanto pela arquitectura que encontramos não corresponde à época em causa, mas a séculos posteriores (XVIII, XIX e XX). Algumas das imagens esculpidas na fachada principal são identificadas com o século XVI, mas estão deslocadas do seu lugar original. Aliás a Inquisição nunca permitiria que tais imagens relacionadas com a cultura judaica se mantivessem imunes em plena época de repressão. Tal como quando existiu a necessidade de ampliar a sinagoga, como já foi referido, o rei aceitou mas com a seguinte condição: “...contanto que a nam façam preceosa, riqua nem sumpetosa sem embargo de qaesquer defesas que hy aja em contrayro...”, ora este imóvel ainda é hoje um dos imóveis mais imponentes desta cidade. (BALESTEROS;SANTOS:2003, pp.9-40).

Uma das imagens esculpidas neste imóvel é o Leão, Rei dos animais. O leão é o símbolo da tribo de Judá e dos reis davídicos daquela tribo. O rei Salomão tinha leões entalhados em seu trono. Acreditava-se que, a não ser quando famintos, os leões não atacam nem matam seres humanos. Assim, se o marido de alguém desaparecesse e se soubesse que havia caído numa cova de leões, isso não era considerado prova suficiente de morte, para permitir que a mulher tornasse a casar. O anjo URIEL costumava aparecer na forma de um leão que descia do céu para o altar e consumia as oferendas sacrificiais no Templo. O leão era um motivo favorito na decoração da sinagoga, e de alguma forma escapava à censura exercida sobre a arte figurativa, e acreditava-se que o leite de uma leoa tinha propriedades curativas. Os rabinos advertiam os judeus de que era melhor ser “uma cauda de leão do que uma cabeça de raposa”, isto é, é melhor associar-se a pessoas eminentes, mesmo como subordinado, do que ser líder de uma ralé; (UNTERMAN, 1992:p.151-159).



fig. 7 Leão de Judá (Casa do Gato Preto)



fig. 8 Portas de Jerusalém (Casa do Gato Preto)



fig. 9 Judeu ou preguiça (Casa do Gato Preto)



fig. 10 Poço do Mestre (Judiaria)

A lápide identificada como sendo as Portas de Jerusalém são o símbolo da entrada para a cidade mais importante do mundo Jerusalém, e tinha gravada a seguinte inscrição: *Fez Lopo 1530*, hoje apenas reconhecemos: *F. Lop.*, não sabemos se este nome corresponde ao indivíduo que esculpiu esta imagem ou se é de quem mandou efectuar o trabalho. No entanto tentámos localizar este Lopo mediante o levantamento dos processos da Inquisição para esta época e deparámo-nos com algumas possibilidades. Lopo Dias cristão-novo foi acusado de Judaísmo, Heresia e Apostasia, era natural de Santa Marinha na Serra da Estrela e morava em Trancoso em 1547 e era almocreve. Na prisão de Ana Fernandes cristã - nova em 1568, acusada dos mesmos crimes, existe a informação que seu pai chamava-se Lopo Dias e era Tratante, (A.N.T.T.: n.ºs proc.370, 3271). Ainda que somente com o estudo completo dos processos teríamos informação mais rigorosa, a verdade é que o indivíduo que esculpiu ou encomendou este trabalho pode ser um dos que acabamos de referir.

Outra figura presente neste imóvel é uma ave, tradicionalmente tida por um pelicano, no entanto e apesar das dificuldades, sabemos que para os judeus a única ave que tem um simbolismo importante é a pomba (*em hebraico "ioná"*). A pomba tornou-se um símbolo geral de paz e inocência com base na história de Noé, que enviou uma pomba da arca para ver se o mundo, após o DILÚVIO, havia voltado a sua tranquilidade anterior. Quando a pomba retornou com um ramo de oliveira do Monte das Oliveiras em seu bico, Noé soube que o mundo estava de novo habitável. Para os judeus a pomba simboliza o povo de Israel, pois é a mais perseguida das aves, como Israel é perseguido pelas nações do mundo. É notória por sua fidelidade a seu companheiro, assim como Israel mantém sua fidelidade a Deus. A pomba também só pode se defender com as asas, seja voando seja batendo-as em luta, assim como Israel só pode se defender com os mandamentos. Mais tarde ele explicou que mencionara asas de pomba porque Israel é muitas vezes retratado como uma pomba. Usa-se também a pomba como imagem da Presença Divina, ou Shechiná, e pombas jovens e rolas eram as únicas aves oferecidas como sacrifício no ritual do Templo. (UNTERMAN, 1992:pp.205-260).

A última escultura conotada desde sempre como sendo a figura da preguiça e segundo alguns autores associada à riqueza dos judeus e ao consequente ócio. Nós não defendemos essa tese pelo que as famílias judias cultivavam desde cedo a instrução aos seus filhos e as sinagogas também tinham bancos de escola, não eram só utilizadas para culto. Perante os processos de cristãos-novos de Trancoso podemos observar que a grande maioria tinham profissão, não sendo a preguiça um adjectivo do seu modo de vida. No entanto uma possível leitura uma vez que um dos braços da figura está a segurar algo na cabeça parece-nos provável que seja a figura de um judeu a segurar o *Kipá* quando está a entrar na sinagoga e vai com pressa.³

O Poço do Mestre uma infra-estrutura que relacionamos com a cultura judaica, tem a sua origem e decomposição a partir de *Magíster* > *Maestre* > *Meestre* > *Mestre* – aquele que ensina. No Centro Histórico desta cidade em plena judiaria existe este poço com este apelido tão sugestivo, aquele que ensina para os judeus é o Rabino o Mestre da comunidade. Ainda se torna de suma importância quando sabemos que um poço de água nascente poderia alimentar o *Mikvé* da sinagoga que em (*hebraico, significa "reunião", "ajuntamento"*) Piscina de água "viva", acumulada da chuva ou de uma fonte, que é usada no ritual de purificação e ABLUÇÃO. Quando um *mikvé* é formado por uma quantidade mínima de água natural, pode-se acrescentar água encanada. Na época do Templo, muitas impurezas eram removidas por meio do *mikvé*, mas hoje ele tem função mais restrita. Prosélitos devem mergulhar no *mikvé*, *tevilá*, como parte da conversão ao judaísmo, sendo essa a origem do baptismo cristão. Mulheres casadas usam o *mikvé* após a menstruação antes de começarem as relações sexuais com seus maridos. Utensílios de cozinha comprados a um gentio são mergulhados num *mikvé*, *tevilat kelim*, antes de serem usados na preparação da comida. Os homens banham-se no *mikvé* antes do jejum do IOM KIPUR, para se postarem diante de Deus em estado de pureza, e os influenciados pelo ensinamento cabalístico banham-se no *mikvé* toda a véspera de Shabat ou, no caso dos membros do Movimento CHASSIDICO, diariamente, antes das orações. (UNTERMAN, 1992:pp.175-176).

³ Hipótese de leitura interpretada por Paulo Vitorino e Rabino Daniel Litvak.

No que se refere aos processos da inquisição referentes aos cristãos-novos de Trancoso sabemos que viviam em Trancoso pelo menos do século XVI uma população considerável e de acordo com os gráficos que se seguem.

Os homens (cristãos-novos) julgados durante os séculos referidos no gráfico têm um número muito representativo no século XVII (184 homens), em pleno auge do Tribunal da Santa. Apesar da actividade deste Tribunal ter iniciado em meados do século XVI, prolongando-se até ao século XIX, o século XVII é o mais representativo. Cento e setenta e cinco homens foram julgados pelo Tribunal de Coimbra dada a proximidade geográfica.

No caso das mulheres o século mais representativo é também o século XVII, com 182, seguindo-se do XVI.

Neste caso é também o Tribunal de Coimbra que julga o maior número de casos.

No que diz respeito às profissões encontradas nos processos a maior representação é dos mercadores com um total de sessenta e um, e que contribuiu a comunidade judaica e posteriormente cristã-nova deu às feiras de Trancoso, prolongando-se no tempo até aos nossos dias.

Os cristãos-novos de Trancoso um pouco como no resto das comunidades foram acusados de numerosos crimes no entanto os de maior representatividade são: o de Judaísmo com 489 acusados, de Heresia, Apostasia e Judaísmo (os três crimes ao mesmo tempo) com 334 acusados e por outros crimes com 42 que neste caso referem essencialmente o impedimento do recto Santo Ofício.

Em resumo, podemos concluir que entre os séculos XVI e XVII, viviam em Trancoso cerca de 500 cristãos-novos e que eles eram na sua maioria naturais e moradores nesta terra, como podemos observar no gráfico seguinte tendo em conta que muitos saíram do país na altura do édito de expulsão de 1496.

A documentação escrita, as marcas e inscrições mágico-religiosas, o Poço do Mestre, as esculturas da Casa do Gato Preto, as ruas e alguns imóveis representados na judiaria são elementos do património judaico de Trancoso, a que a todos os leitores convido a realizarem um percurso com fé neste património.

Colaboradores:

João Pereira (fotografias, decalques, mapa e gráficos)

Carlos Andrade (fotografias e mapa)

Paulo Vitorino (Kosher Sefarad)

Rabino Daniel Litvak (Rabino da Comunidade Judaica do Porto e representante em Portugal do Rabinato de Israel).

Bibliografia

(A.N.T.T.online: n.ºs proc.370, 3271)

BALESTEROS, Carmen (1995-96), Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola. Callipole – in Revista Cultural, Vila Viçosa, N.º 3/4, pp. 19-26.

BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra, (2000), Aspectos da Arqueologia Judaica em Trancoso. In Beira Interior História e Património, Guarda, pp. 331-334.

BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra; SANTOS, Carla Sofia, (2000), Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã – Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso. In “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica, Porto, pp. 213.

BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra; SANTOS, (2003), Arqueologia Judaica no Concelho de Trancoso (Novos Elementos), In Cadernos de Estudos Sefarditas, Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º4, pp.9-40.

CORREIA, Lopes (1989), Trancoso – Notas para uma Monografia, Câmara Municipal de Trancoso, pp. 123-124.

CORREIA, Lopes (1986), Notícias de Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso, pp.104-111.

HERCULANO, Alexandre (?), História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal, Livraria Bertrand, Lisboa, pp.180-212.

LIPINER, Elias (1996), Gonçalo Anes Bandarra e os Cristãos – Novos, A.P.E.J., Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, p.29.

MARQUES, José (1988), Relações de D. Afonso V e D. João II com a Comuna Judaica de Trancoso. Algumas Notas, In Separata da Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, pp.226-236.

MARTINS, Carlos Berrincha (2001), D. Luís Monterroio, in Revista Altitude, Ano LIX, N.º6, 3.ª Série, p.10.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1980), Judeus e Inquisição na Guarda, Porto, p.18.

SANTOS, Carla Alexandra Gaspar (2008), Memórias Gravadas na Pedra – Um Património a Conhecer no Concelho de Trancoso, in Actas das Jornadas Europeias do Património Judaico da Beira Interior www.cmt.pt, Trancoso e Belmonte, pp.108-130.

UNTERMAN, Alan (1992), Dicionário Judaico de lendas e tradições, Rio de Janeiro, pp.50-180.

acta 03

Um olhar por Pinhel Judaico

Laurindo Saraiva



fig. 1 Porta de Marrocos

Publica-se neste espaço um resumo da apresentação que encerrou o painel dedicado aos estudos judaicos. Após esta comunicação, de que se apresentam os tópicos, foi realizado um percurso pelo centro histórico de Pinhel, em busca dos “testemunhos na arquitectura”.

Sátira dos inícios de séc. XVI

“Pires, Petras, Desterros e Galhanos retirar deles são judeus castelhanos”

In, Os Judeus Secretos em Portugal.

Em finais do século XV (1480), a propósito de um conflito social em Pinhel, escreveu-se: (...) *flagelava essa torre com disparos de «bestas» e de espingardas que provinham da torre localizada próximo da judiaria* (H. Baquero Moreno).

“A denominação atribuída ao espaço onde a maioria, então, habitava – *Bairro de Marrocos* –, era a prova evidenciadora da origem da comunidade. (...)” In, Judaísmo no Feminino.

Com o seu centro nevrálgico na actual Rua de Santa Maria, ao tempo uma das mais movimentadas da vila e local de comércio. São referenciados como ourives, ferreiros, tintureiros, sapateiros e alfaiates.

Nos inícios do Séc. XVII, a vila de então contava ainda com uma importante comunidade de Cristãos-Novos.



fig. 2 (nesta página) Testemunhos na arquitectura.

fig. 3, 4, 5 e 6 Representações cruciformes.

fig. 7 Janela do séc. XVI de casa judaica.



Mesa Redonda. Sítios Arqueológicos e Visitantes.

Francisco Sande Lemos

(Arqueólogo, slemos@uaum.uminho.pt, sandelemos@gmail.pt)

Introdução

No século XIX, nos primórdios da Arqueologia, o tema dos visitantes era uma questão que, aparentemente, não se colocava aos investigadores das antiguidades e das cidades mortas, em Portugal tal como nos outros países da Europa. Francisco Martins Sarmento teve o cuidado de adquirir, à sua própria custa, o Monte de S. Romão não só para poder trabalhar livremente, sem constrangimentos, mas também porque pretendia preservar a Citânia de Briteiros. Todavia encarava antes de mais a Citânia como um tesouro científico de tal modo importante que a sua protecção era indispensável. Deste modo conseguiu, de facto, evitar as destruições que sofreram ao longo do século XX outros castros como por exemplo a Citânia de Santa Luzia, parcialmente mutilada devido à construção de um Hotel sobranceiro à cidade de Viana de Castelo. No entanto é pouco provável que Francisco Martins Sarmento estivesse preocupado em desenvolver um programa de valorização e divulgação destinado ao grande público, conceito que na época nem sequer existia. É verdade que partilhou com os seus pares e com a burguesia ilustrada da região as suas descobertas, promovendo a Conferência Arqueológica de 1877 e acolhendo os excursionistas do Congresso realizado em Lisboa em 1880. Tanto os relatos da Conferência de 1877, cujo programa incluiu um baile oferecido à burguesia de Guimarães, em que brilharam as damas da cidade e a reunião de sábios na Livraria do arqueólogo após um magnífico jantar, como as descrições da visita dos arqueólogos europeus à Citânia, revelam uma vontade firme de difundir informação. Por outro lado Francisco Martins Sarmento, apesar de ter viajado muito pouco, estava em contacto permanente com os arqueólogos portugueses e dos outros países europeus, através do telégrafo e de correspondência epistolar. Deste modo partilhava os resultados dos seus trabalhos e as questões científicas que o preocupavam. Não há nenhum estudo sobre a eventual interesse do investigador vimarense em difundir junto da população do concelho e do Norte de Portugal a Citânia de Briteiros e os estudos aí realizados. De qualquer modo o tema da Instrução Pública já era um assunto que constava da “agenda” dos intelectuais da época, embora uma barreira muito difícil fosse o elevado grau de analfabetismo. De facto, um dos propósitos da fundação da Sociedade Martins Sarmento era precisamente o da Instrução Pública. Aliás seria interessante investigar até que ponto o arqueólogo de Guimarães se preocupava em estender aos seus conterrâneos mais pobres e iletrados os conhecimentos que adquiriu sobre o passado da região em que nasceu, viveu e morreu.

Seja como for, poucas décadas depois, com a I Guerra Mundial, terminaram as ilusões dos sábios oitocentistas. O espírito cosmopolita que os congregava desvaneceu-se. No período entre os dois grandes conflitos do século XX, entre 1918 e 1945, o património arqueológico é invadido pelos nacionalismos. Acima do interesse da investigação e do eventual retorno social da actividade arqueológica levantaram-se as políticas nacionais. No III Reich ou no Fascismo Italiano não houve quebra no investimento na Arqueologia, antes pelo contrário, desde que os projectos se enquadrassem na ideologia oficial. Ou mesmo se verificou na União Soviética.

Quando em 1945 se fechou o ciclo de três violentas e trágicas décadas, que segundo historiadores de remone, como o inglês Sam Bullock*, custaram à Europa mais de cem milhões de mortos, os horizontes de esperança na Ciência e na sua utilidade social reabriram-se. Pretendeu-se ir mais longe, criando instituições como a Unesco e estabelecendo categorias como Património da Humanidade. Nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e na União Soviética, bem como em diferentes zonas do mundo, a dimensão social do Património Arqueológico passou a ser encarada como intrínseca. Por outro lado o Lazer e o Turismo, conceitos embrionários na década de 30, adquiriram um desenvolvimento notável, tornando-se autênticas indústrias.

Em Portugal o prolongamento excessivo do Estado Novo e da sua concepção retrógrada do território, bem como o baixo nível escolaridade, circunscreveram as novas políticas de valorização a meia dúzia de sítios e mesmo assim com escassos meios. A ruptura política e social de 1974 induziu novas dinâmicas. Numa primeira fase a Arqueologia Portuguesa preocupou-se com o incremento da investigação e do ensino, a par da organização do aparelho do Estado na área do Património. Numa segunda fase o crescimento exponencial das cidades (processo mais tardio em Portugal), a nova rede de infra-estruturas e a entrada dos fundos europeus exigiram o desenvolvimento da Arqueologia de Salvamento, processo que noutros países da Europa foi mais paulatino. Nos últimos anos, num contexto em que a actividade arqueológica em Portugal já está mais estruturada, o tema

do retorno social e do usufruto público dos sítios tem sido uma questão recorrente em textos, debates e reuniões científicas ou culturais. Aliás esta questão extravasou a comunidade dos arqueólogos e é periodicamente retomada pela Imprensa e por comentadores (os incontornáveis “opinion makers”).

Por exemplo um referente constante para o debate público do uso social dos monumentos e sítios tem sido o caso da Arte Rupestre de Foz Côa. De acordo com uma ideia generalizada que não se limita a textos de Imprensa, mas também se observa, por exemplo, nas respostas dos alunos das licenciaturas de Arqueologia registadas em exames ou em discussões nas aulas, as metas de usufruto público de um sítio excepcional ficaram muito aquém do que foi preconizado pelos arqueólogos no âmbito do conflito gravuras versus barragem.

Neste quadro o Forum de Valorização e Promoção do Património Regional, promovido pela empresa Sete Pés, pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa e a ACDR de Freixo de Numão, foi considerado o cenário ideal para aprofundar o tema: Sítios Arqueológicos e Visitantes, através de um debate, que se convencionou designar como Mesa-Redonda.

Programa da Mesa-Redonda

A Mesa-Redonda foi programada da seguinte modo. Moderador: Francisco Sande Lemos. Intervenientes: Cláudio Torres (Director do Campo Arqueológico de Mértola); Luís Raposo (Director do Museu Nacional de Arqueologia – IPM); Alexandra Cerveira Lima (Directora do Parque Arqueológico do Côa – IGESPAR); Paulo Costa Pinto (Câmara Municipal de Vila de Conde); Jerónimo Correia e Ricardo Silva (Câmara Municipal de Terras de Bouro). Para presidir foi convidado o Doutor João Pedro da Cunha Ribeiro (Vice-Presidente do IGESPAR).

Inicialmente, esteve prevista para se efectuar em Vila Nova de Foz Côa, mas a necessidade de articular o referido Forum com a inauguração da Exposição Permanente do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MDDS) obrigou a uma mudança do programa, tendo sido agendada o debate para o auditório do Museu, no dia 29 à noite, às 21.30, após as cerimónias oficiais.

De acordo com o programa do Forum a Mesa Redonda tinha como objectivo discutir o número e perfil dos visitantes dos sítios arqueológicos, como indicadores da relação entre o investimentos científico, cultural e pedagógico efectuados e os diversos públicos; pretendia-se também, debater a promoção de visitas e eventuais limites a estabelecer, tendo em conta as características de cada sítio. Para participarem na iniciativa foram convidadas os supracitados investigadores a quem se pediu que abordassem temas específicos. A Cláudio Torres solicitou-se que apresentasse a questão dos visitantes no quadro das cidades que se projectam como sítios patrimoniais integrados (caso de Mértola, por exemplo). Luís Raposo, com base na experiência do MNA e das parcerias com outras entidades, propôs-se intervir sobre estratégias de articulação entre Museus e os Sítios, que garantam o aumento do fluxo de públicos entre as exposições e os monumentos arqueológicos. Considerando o interesse patrimonial dos castros, Paulo Costa Pinto, preparou a sua participação no sentido de analisar os indicadores disponíveis sobre visitantes dos povoados castrejos do Noroeste de Portugal, expondo estratégias possíveis no sentido de uma promoção conjunta da rede de sítios, que possui uma identidade geográfica muito marcada. Alexandra Cerveira Lima competia intervir sobre o problema das visitas no quadro do Parque Arqueológico de Foz Côa, a desejável ampliação dos números e os limites a estabelecer, tendo em conta os acessos, meios disponíveis e características específicas do Parque e da Arte Rupestre. No âmbito do Projecto Geira, em Terras de Bouro, Jerónimo Correia e Ricardo Silva foram solicitados a apresentar as estratégias relacionadas com o controlo de visitantes num sítio-caminho que já pode ser percorrido a pé em quase toda a sua extensão (algumas dezenas de quilómetros), mas que não tem portas; o caso da Geira também é interessante porque já existem várias empresas de Eco-Turismo que usufruem da valorização da via romana e por outro lado há um delicado problema de equilíbrio, em parte do trajecto, com a Mata de Albergaria. Finalmente a empresa Sete Pés devia intervir sobre a questão dos públicos culturais.

As intervenções

Integraram a mesa-redonda todos os convidados que constavam do programa, o que é pouco frequente nas reuniões de cariz científico ou cultural, pelo menos em Portugal. A assistência era composta maioritariamente por arqueólogos, tanto das autarquias, como de outras entidades, incluindo serviços dependentes do Ministério da Cultura, mas também estiveram na assistência estudantes da Universidade do Minho, funcionários do Museu de D. Diogo de Sousa e outras pessoas.

Devido ao atraso na cerimónia da inauguração (mais de duas horas) o debate apenas principiou às 10.30, ou seja muito depois da hora prevista. Mesmo assim o público presente era considerável, embora não tivesse enchido o auditório do Museu. A assistência seria muito maior caso o horário tivesse sido cumprido. Por outro lado o tempo de debate foi necessariamente encurtado e não foram apresentados os elementos gráficos (“slideshow” ou “powerpoints” que alguns dos participantes tinham organizado como suporte das suas intervenções.

Francisco Sande Lemos como primeiro orador abriu as intervenções, baseando-se na sua experiência recente, como responsável científico pelos sítios arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento, expressando a sua perplexidade pelos fluxos de visitantes que anualmente se deslocam à Citânia de Briteiros, desde que o sítio foi dotado de novas estruturas de apoio.

Claudio Torres começou por afirmar que o Projecto de Mértola já tinha trinta décadas de vida. Foi desde o início um projecto político, a descoberta de uma “gente” diferente, a possibilidade de se cruzar Política e Arqueologia. Tinha uma marcada vertente Etno-Arqueológica. Destacou-se assim como um projecto de intervenção local fora dos modelos clássicos, com uma matriz diferente, dirigida para o mundo agrícola, rural e camponês. Visava estudar a Paisagem Rural, sendo nesta perspectiva a Arqueologia científica, com os seus rituais específicos, um processo lateral. A linguagem pedagógica era mais importante que a linguagem científica. Deste modo desenvolveu-se uma relação estreita entre a Investigação e a Museologia. Estabeleceu-se também uma nova relação entre o Arqueólogo e o Outro, uma aprendizagem mútua. Os núcleos de sítio arqueológico conferiram uma nova dignidade aos habitantes, a diversos pontos da vila, atraindo gente do exterior, públicos específicos, cultivados, os quais, para além do dinheiro que deixavam, criavam diálogos. Neste sentido a ausência de sinalética foi intencional pois esta elimina a pergunta, a possibilidade de se estabelecerem diálogos. Houve também a intenção deliberada de se excluir a infra-estrutura hoteleira, não só por ser fracturante, mas também porque apenas cria empregos anódinos, sem dignidade. Optou-se pelo acolhimento local, criando numerosos quartos para dormidas (150), de modo a que os turistas ficassem nas casas das pessoas, estabelecendo-se assim uma cumplicidade entre a população e os visitantes. A capacidade máxima de turistas será de 30 000 por ano, num aglomerado com 1 500 habitantes. Assim está-se a trabalhar em novos circuitos exteriores que incluem monumentos arqueológicos como antas, ou rurais, como moínhos de água e ainda os valores ambientais. Como indicador do impacto favorável da Arqueologia na estrutura económica da Vila de Mértola, Cláudio Torres referiu que nos primórdios do Campo Arqueológico existia em Mértola apenas um restaurante, tendo sido entretanto criados mais 17. Apesar de não ter havido uma política organizada com esse objectivo, mas sim como resultado de um processo interactivo entre os visitantes e a população, ocorreu uma mudança sociológica, surgindo uma classe média. A investigação do Campo Arqueológico de Mértola que congrega 25 pessoas, está actualmente direccionada para os estudos do território, da socialização da terra, das questões dos solos e da água.

Pelo que se deduziu da sua intervenção estabeleceu-se uma dinâmica flexível entre a actividade arqueológica, os turistas e os habitantes, criando-se novas ofertas, tanto no domínio cultural como valor acrescentado resultante do aumento de portugueses e estrangeiros que se deslocavam e hospedavam em Mértola.

Por sua vez Luís Raposo informou que existem vários dados empíricos sobre os números e perfis dos visitantes dos Museus, existindo inquéritos com uma latitude temporal de dez anos. Sítios arqueológicos e museus devem visar públicos distintos. De facto o tipo de visitantes dos sítios arqueológicos e dos museus não é o mesmo. A maioria das visitas a sítios arqueológicos é de turistas estrangeiros. Pelo contrário nos museus predomina as famílias portuguesas e os grupos escolares. Segundo Luís Raposo os sítios arqueológicos, devidamente musealizados asseguram a imersão no passado, embora haja sempre o risco da “infantilização” que se deve evitar a todo o custo. Nos museus está verificar-se o aumento das visitas escolares mas havia uma tendência para diminuir o

número de estrangeiros. Recentemente, quando se receava uma crise nos fluxos de entradas nos Museus registou-se uma recuperação acelerada de visitantes enquanto as entradas em sítios arqueológicos estabilizaram ou diminuíram. Este fenómeno tem sido estudado em Espanha. De acordo com Luís Raposo em Barcelona os fluxos de visitas aos museus cresceram enquanto se reduziam o número de turistas em Ampúrias. Há uma concordância que este fenómeno se deve ao tráfego aéreo “low-cost” que beneficiam as cidades com aeroportos de grande movimento. No caso do Museu Nacional de Arqueologia registou-se um crescimento de 60 % de entradas, o que sem desmerecer o esforço realizado através da renovação das exposições, se deve essencialmente aos voos “low-cost”. A instituição é hoje um dos espaços museológicos mais visitados de Lisboa e de Portugal, sendo o segundo museu com maior número de entradas. Para Luís Raposo esta circunstância é uma oportunidade que se abre e deve ser aproveitada quando os museus pareciam condenados por serem lugares de descontextualização. Este aspecto não pode ser iludido mesmo pelas melhores encenações. As peças arqueológicas são o eixo em que assenta o Museu. Embora considerando como extrema a política de Cardim Ribeiro que não legendou as peças expostas no Museu de Odrinhas, entende adequado um tratamento minimalista. Finalmente no que concerne a relação entre os Museus e os Sítios Arqueológicos Luís Raposo preconizou que se estabeleçam parcerias, através de iniciativas comuns nos dois lugares, como por exemplo as escavações simuladas. Aliás sítios e museus partilham forçosamente um bem valioso: os materiais arqueológicos, cujo destino deve ser o museu.

Paulo Costa Pinto lamentou não poder apresentar as imagens e gráficos que tinha preparado. Referiu que cinco dos maiores castros do Norte de Portugal já tinham estruturas de apoio construídas de raiz, centros de recepção ou núcleos interpretativos. Indicou os números de visitantes contabilizados em alguns dos castros que controlavam as entradas. Citânia de Briteiros: 14 600; Terroso: 7 000; S. Lourenço: 2 800; Monte Móznho: 3 200. Acrescentou que embora não dispusesse de números exactos para as citânias de Sanfins e de Santa Luzia estimava-se para o primeiro um número anual de visitas na ordem de 12 000 e de 10 000 para cada um deles. Num cálculo por defeito podia-se afirmar que o número de visitantes ano dos referidos sítios variava entre 40 000 a 50 000, valor que considerou expressivo. Frisou que, no entanto, não existia uma promoção conjunta. Neste sentido a formação de uma Rede de Castros poderia constituir uma valia para todos, sendo contrário à ideia de um núcleo central. A cada castro está associada uma comunidade, pelo que a valorização de cada povoado se insere numa política para a cidadania e patrimonial local. Concordou com o comentário anterior de Luís Raposo sobre o risco da “infantalização” das recriações. Também neste aspecto específico a Rede de Castros permitiria estabelecer critérios, incluindo a creditação das iniciativas promocionais ou educativas. Por outro lado manifestou-se a favor dos Museus locais, embora sem funções de conservação e como vectores de actividade social. Sugeriu que a Rede de Castros integrasse entre 20 a 30 sítios e desenvolveu as possíveis vantagens: estabelecimento de relações institucionais; marketing conjunto; parcerias com estruturas hoteleiras; promoção a preços mais baratos, designadamente páginas de publicidade em revistas internacionais, formação de recursos humanos como os guias, que deveriam ser licenciados ou mesmo com post-graduações; partilha de recursos técnicos para trabalhos de escavação e conservação; investimentos planeados; gestão de fluxos turísticos de maneira a desafogar os castros com mais visitantes em benefício de outros com menor procura; definição de regras consensuais para os projectos de investigação. Enfim segundo Paulo Costa Pinto a Rede de Castros não teria um ponto central, pois o centro seria a próprio sistema em funcionamento.

O engenheiro Jerónimo Correia da Câmara Municipal de Terras de Bouro, entidade chefe de fila do Projecto InterregIII A “A Geira na Serra do Gerês”, depois de ter afirmado que era um “outsider” também lamentou não ser possível apresentar as imagens organizadas por Ricardo Silva, arqueólogo da autarquia. Explicou, que como “provocação” propunha como tema a “Scutização” da Geira. De facto sendo inviável controlar o acesso ao monumento devido à circunstância de ser um caminho não vedado, não era menos desejável “rentabilizar” e inserir numa lógica de desenvolvimento sustentado um património por si mesmo “democratizado”, sem portagens que permitam recuperar os investimentos. Em seu entender considerava positiva a “rentabilização” do Património Ambiental e Cultural. Indicou como exemplo a Porta do Parque instalada em S. João do Campo, exposição permanente que fora inaugurada há pouco tempo e que em apenas dois meses tinha sido visitada por 3 500 pessoas. No caso da Geira ou Via Nova estavam previstos dois inves-

timentos culturais, dois pequenos núcleos museológicos que iriam funcionar como portagens, aferindo, mesmo que de forma indirecta o número de visitantes. Seriam pois as portagens virtuais da Geira que entranto já se encontra a ser usufruído por caminhanter individuais ou em grupos, com base dos materiais de promoção já editados no âmbito do projecto e num trajecto limpo e manutenção cíclica. A Geira seria pois uma Via Nova para o desenvolvimento do concelho.

Henrique Andrade da empresa cultural Sete Pés principiou por opinar que os anteriores intervinientes tinham insistido em números e quantidades talvez de uma forma excessiva. Tais valores eram relativos, mas que deveriam ser devidamente enquadrados. Referiu que em Itália, recentemente, o número de espectadores de Teatro tinha ultrapassado os de Futebol. De qualquer modo advertiu para o processo que designou como os gráficos de cauda longa. De facto estudos baseados nos fluxos da Internet determinaram que mais de 50% dos “negócios”, dos “downloads” ficam fora dos grandes blockbusters (como os filmes célebres ou bandas conhecidas), verificando-se uma grande diversificação de interesses e motivos. Este aspecto deve ser tido em conta na política das instituições culturais as quais estão em competição natural com outros focos de lazer (a praia, os parques naturais, etc.). Neste âmbito é necessário saber porque motivo se opta entre a deslocação a um jardim ou a um sítio arqueológico. Os sítios arqueológicos para serem atractivos devem facultar uma miríade de informações, aprendizagem por livre escolha. A mais valia de cada sítio depende muito da aquisição de conhecimento que proporciona. Efectivamente não está em causa só a o perfil e a qualidade dos visitantes mas também a do usufruto e por vezes a diminuição do número de visitantes poderá mesmo significar uma maior sustentabilidade. Henrique Andrade insistiu na qualidade do serviço oferecido prestado pela instituição cultural, disponibilizando-se os visitantes a pagar mais por produtos melhores e mais diferenciados. Os sítios arqueológicos tal como as outras entidades da cultura devem optar pelo conhecimento divulgado com qualidade e de uma forma diferenciada. O responsável pela Empresa Sete Pés terminou a sua intervenção com uma breve análise de uma classificação dos públicos que considera a mais operativa. Nesse quadro distinguem-se os seguintes tipos: os exploradores (movidos pela curiosidade pura e simples); os facilitadores (que guiam a família e os amigos na visita a locais que já conhecem); os profissionais (especialistas numa determinada área que procuram acumular saber); os caçadores de experiências (talvez o público mais numeroso que enche os voos low-cost, regressando com fotografias que lhes permitem afirmar que se deslocaram para novos lugares); os peregrinos (que se deslocam por razões de ordem espiritual ou vivencial). Aliás cada visitante poderá em tempos e espaços diferentes integrar-se indiferente numa das supracitadas categorias. Neste contexto altamente complexo os sítios arqueológicos devem conhecer os seus públicos preferenciais. Finalmente Alexandra Cerveira Lima referiu a grande pressão que existe nos meios de comunicação social e, em geral, na opinião pública, sobre o número de visitantes do Parque Arqueológico, pressão que se prende com a história da criação do próprio parque e das expectativas geradas numa região social e economicamente deprimida como é o baixo Vale do Côa. Se a visita à arte rupestre, sempre guiada, implica a disponibilidade de guias, a diversificação da oferta, sobretudo de oficinas como a de Arqueologia Experimental e o envolvimento de outros técnicos nestas actividades, permitiu que a resposta aumentasse. No entanto a oferta é, em época alta, e num contexto de retracção do emprego público, sempre menor do que a procura. O novo edifício do Museu do Côa será um meio eficaz de colmatar esta grave questão com que o Côa se debate no acolhimento ao visitantes. Nos últimos 3 anos o Parque tem procurado criar um público novo: os residentes do Parque e aqueles que, embora naturais da região, residem e trabalham no exterior. Esta aproximação do Parque à Comunidade tem dado interessantes frutos.

O debate

As intervenções dos elementos da mesa, embora breves, talvez por terem focado aspectos essenciais da relação entre os sítios arqueológicos e os seus visitantes suscitaram, malgrado o adiantado da hora, um animado debate em que se envolveram não só os oradores mas também os assistentes. António Martinho Baptista questionou o modo como se estava a condicionar os sítios arqueológicos a objectivos alheios ao conhecimento científico cuja actividade deveria ser protegida como matriz primordial de valorização do património. Assinalou que a dependência em relação aos números (incluindo o dos visitantes) não tinha sentido. Segundo ele os “números” deviam ser o domínio dos economistas. A fim de concretizar a sua argumentação referiu-se à falta de apoio das entidades da Administração Central ao estudo da arte rupestre do Vale do Côa e criticou a intervenção do representante da autarquia de Terras do Bouro por se inserir numa perspectiva que considerava excessivamente “tecnocrática”, acrescentando que o Projecto da Geira estaria a retomar temas que já estavam preconizados na década de 80, no âmbito da política então desenvolvida pelo Parque Nacional da Peneda Gerês. A intervenção de Martinho Baptista, para além do seu valor intrínseco, teve o mérito de “aquecer” o debate que de outro modo poderia ter sido morno. O Director do Museu Nacional de Arqueologia manifestou-se no sentido de que os visitantes eram parte integrante da política dos Museus. Pela sua parte o Engenheiro Jerónimo Correia contra atacou reforçando o seu entendimento pragmático da actividade arqueológica, sendo certo que estava apoiado na circunstância do Projecto Geira ter antecedentes de investigação científica com uma história de três décadas. Por outro lado João Pedro da Cunha Ribeiro considerou que a investigação podia conviver com a divulgação do conhecimento científico, citando como exemplo o projecto de Atapuerca e frisando a vantagem em integrar nas equipas de Arqueologia, que trabalham em sítios arqueológicos de maior relevância, especialistas em gestão cultural, preferencialmente com formação de base na disciplina.

No desenvolvimento do debate também foi discutido o caso de Mértola tendo sido questionado se a autenticidade inicial do projecto não teria sido alterado pelo sucesso turístico e económico. A discussão das contradições que o próprio Director do Campo Arqueológico de Mértola expôs foi ampla, tendo constituído um dos aspectos mais interessantes do debate. O moderador perguntou se a “classe média” induzida pelo poder compra dos visitantes daquela vila, não poderia suscitar expectativas de maior lucro, conduzindo os habitantes a investir em unidades hoteleiras do tipo que o Projecto sempre conseguiu evitar apesar do sucesso a nível nacional.

De um modo geral as intervenções, fossem de ordem genérica ou específicas revelaram que o tema dos sítios arqueológicos e dos visitantes é um assunto muito complexo que divide os praticantes, embora na sua maioria considerem o retorno social da Arqueologia como uma exigência a que não se podem furtar.

Verificou-se, por exemplo, que o sucesso do Projecto de Mértola encerra contradições delicadas. Pelo contrário o tão badalado fracasso em termos de público da Arte Rupestre do Vale do Côa pode ser mais aparente do que se supõe, constituindo uma oportunidade para novas políticas.

Embora fosse visível que o debate interessava o público presente no auditório do Museu de D. Diogo de Sousa, o adiantado da hora forçou ao encerramento da Mesa Redonda sem que tenham chegado a conclusões expressas.

Considerações finais

Apesar de ter principiado com um pesado atraso, devido aos motivos já referidos, registou-se uma presença significativa de assistentes, o que revela o interesse que o tema desperta. De um modo geral os intervenientes convergiram na ideia de que, embora a quantidade de visitantes não seja o único indicador do retorno social da actividade arqueológica, é um número que pode ser tomado como referência para uma primeira análise do efectivo valor social e económico de um determinado sítio. Todavia cada sítio tem características próprias pelo que o número de visitantes, analisado em bruto e sem outros parâmetros, entre os quais os acessos, a promoção, as estruturas de acolhimento, o investimento financeiro e científico, é, por si mesmo, redutor e pode suscitar equívocos. Verifica-se por outro lado que faltam estudos aprofundados, quer de conjunto, quer específicos, de modo que todas as considerações reflectem entendimentos subjectivos. A ideia que ficou no final do debate foi a de que era indispensável não só alargar este tipo de iniciativas como também promover estudos de índole científica, que ponderem os diversos contextos. Casos como o de Mértola, do Parque Arqueológico do Vale do Côa, da Citânia de Briteiros, ou do Museu Nacional de Arqueologia deveriam ser inseridos num projecto mais amplo de análise e monitorização não só porque aos investimentos e ao trabalho deve corresponder um valor acrescentado, mas também porque em Portugal, pela sua história científica e cultural muito específica, se têm desenvolvido experiências muito concretas que não se enquadram nos padrões seguidos noutros países da Europa e que talvez por isso sejam inovadoras.

Nota: a primeira parte da Mesa Redonda, ou seja as intervenções, foram filmadas e gravadas por Manuel Santos, funcionário do Museu de D. Diogo de Sousa. Contudo do debate propriamente dito apenas ficaram gravados os momentos iniciais designadamente diversas questões suscitadas por António Martinho Baptista e algumas observações de Luís Raposo sobre as palavras de Paulo Costa Pinto. Infelizmente, por motivos de ordem técnica, não foi possível prosseguir com o registo do debate. Deste modo fica mais pobre este documento.

II Mesa Redonda – Textos

Artigo de Henrique Andrade.

Públicos, Consumidores, Clientes e o que mais se verá.

J. Henrique Praça

As afinidade electivas: sociedade do conhecimento e organizações culturais

Sociedade do conhecimento (ou baseada no conhecimento, como preferem alguns autores), sociedade pós-moderna, são conceitos que dão forma e traduzem a vida de uma parte significativa das sociedades contemporâneas. As organizações culturais estão no centro destas sociedades já que providenciam um fluxo constante e significativo de conhecimento que as alimenta. E se a disponibilização e valorização deste capital é ainda um factor apenas parcialmente consumado, importa modificar o modo como as organizações se posicionam neste campo. Mas antes importa precisar alguns conceitos.

Na ciência económica destacam-se, pela sua relevância, três conceitos fundamentais: capital, trabalho e conhecimento, este último objecto de particular atenção a partir das últimas décadas do séc. XX. No que diz respeito aos “factores de produção” o pensamento económico referia, tradicionalmente, três bens em grande medida tangíveis e por tal facilmente mensuráveis: terra, capital e trabalho. Pouco mais de um século de forte progresso científico, tecnológico e cultural, a par do aumento substancial da educação e formação de milhões de trabalhadores, adicionou a esta tríade o factor conhecimento. Desde então a análise económica defronta-se com algo intangível, o próprio conhecimento. Conceitos como, capital cultural, capital social, capital intelectual, capital organizacional, são frequentemente referidos na literatura económica. No contexto deste artigo importa precisar apenas alguns destes conceitos: o capital intelectual, muitas vezes referido como capital humano e o capital cultural. O primeiro, é “o valor económico de duas categorias de activos intangíveis duma organização: o capital organizacional (ou estrutural) e o capital humano. O primeiro inclui sistemas próprios de *software*, redes de distribuição e cadeias de abastecimento (*supply chains*). O capital humano, neste sentido, inclui os recursos humanos internos da organização e também os clientes e fornecedores da mesma organização” (Murteira, 2004). O segundo, o capital cultural, resulta da conjugação dos inputs culturais (valores, comportamentos dominantes, tradições) com a educação e formação da pessoa ao longo da vida.

Hoje, uma parte significativa dos trabalhadores, pelo menos nos países ocidentais, são “trabalhadores do conhecimento”. Estes são todos os que “possuem competências de elevado nível, formação ou experiência, e o principal objectivo das suas funções envolve criação, distribuição ou aplicação de conhecimento” (Davenport, 2007). Correspondem a várias categorias de profissões: gestão, operações negociais e financeiras, informática e matemática, arquitectura e engenharia, ciências da vida, físicas e sociais, direito, cuidados de saúde, serviços sociais e comunitários, educação, formação e documentação, arte, design, entretenimento e *media*. Ainda que as definições do mundo do trabalho comportem algumas imprecisões e haja diferenças entre países na alocação das profissões incluídas na categoria “trabalhadores do conhecimento”, é certo que a percentagem global é muito significativa. A abordagem, entre várias possíveis, com enfoque na percentagem de trabalhadores que possuem efectivamente as qualificações necessárias para desempenhar trabalho do conhecimento (método considerado conservador), estima em 25% os trabalhadores que nos E.U.A. pertencem àquela categoria, de resto semelhante à que outro modo de quantificar concluiu para o Canadá, para o ano de 2001. Na Inglaterra, um estudo que englobou mais de 28 milhões de empregos concluiu que 32% baseavam-se em conhecimento, exigindo algum grau académico. Peter Drucker, pioneiro a descrever os trabalhadores do conhecimento, diz a este respeito que “Tornar o trabalho do conhecimento produtivo será o grande desafio da gestão deste século, tal como tornar o trabalhador manual produtivo foi o grande desafio da gestão do século passado” (Drucker, 1969), indo ainda mais longe ao afirmar que “a produtividade do conhecimento e dos trabalhadores do conhecimento será o único factor competitivo na economia mundial” (Drucker, 1977). Não é pois de estranhar que, para dar apenas um exemplo, actualmente um canadiano adulto dispenda em média 18 horas/semana em actividades de aprendizagem, 95% das quais não directamente relacionadas com o trabalho ou obtenção de um diploma académico. Este valor representa um crescimento de 50% em relação à década de 70 do séc. passado.

As organizações culturais, aquelas a quem este texto se dirige em primeiro lugar, devem perceber, reflectir e integrar na missão para as quais foram pensadas, a real, profunda e crescente importância do conhecimento nas sociedades actuais, não apenas como factor que interessa à produção de bens e serviços, mas também como integrante das múlti-

plas vertentes sociais (cidadão, profissional) e ontológicas da pessoa. Esboçar daqui em diante algumas ideias e modos de operacionalizar este desiderato é o contributo que este texto pretende deixar.

Da Modernidade ao séc. XXI.

No company can succeed today by trying to be all things to all people. It must instead find the unique value that it alone can deliver to a chosen market.

M. Treacy and F. Wiersema

É comum caracterizar a era industrial por produzir bens e serviços em massa, para um conjunto muito alargado, o mais alargado possível, de consumidores aparentemente iguais, num ciclo contínuo e virtuoso: aumentar a força de trabalho mais preparada para melhor produzir em qualidade e quantidade, melhor remunerada, assim aumentando o poder de aquisição de bens e serviços que por sua vez cria mais empregos e mais bem pagos para satisfazer uma procura crescente. Com altos e baixos este ciclo manteve-se e alargou-se a um número ainda mais vasto de pessoas com a globalização. Em paralelo assistiu-se, em particular a partir do final do séc. XIX, ao crescente aumento do número de pessoas com acesso à educação que gerou competências acrescidas no desempenho das actividades, profissionais e pessoais, mais conhecimento e padrões de exigência superiores. Embora o acesso, as formas e os desempenhos sejam desiguais, os sistemas educativos reproduziram, e ainda reproduzem em muitos locais, os modelos da era industrial.

Em consequência o modelo da era industrial criou o maior acesso e fruição de sempre aos bens culturais, sobretudo aqueles que beneficiam mais do modelo de produção em massa. Por sua vez as organizações culturais adoptaram alguns aspectos do modelo da era industrial e multiplicaram-se as formas de entretenimento para multidões. Nas últimas décadas do séc. passado assistiu-se à apropriação de manifestações culturais e de entretenimento pelas grandes empresas e multinacionais, algumas das quais não são mais do que campanhas de comunicação gizadas nos departamentos de marketing daquelas corporações.

O mercado do início do séc. XXI é dramaticamente diferente daquele e está a mudar rapidamente em relação às duas ou três décadas anteriores. Três mudanças fundamentais dominam este novo mercado da pós-modernidade: o comportamento do consumidor, a personalização de produtos e serviços e a contínua e implacável competição. Neste modelo os objectivos do consumo mudaram e por isso os bens e serviços de hoje procuram satisfazer muito mais do que as necessidades básicas do consumidor, justamente aquelas que preocupavam os trabalhadores da era industrial. Agora os bens e serviços disponíveis procuram satisfazer desejos de outra ordem: tornar o consumidor mais feliz, mais rico, mais atraente, mais sexy, mais culto, mais sofisticado, mais saudável. Ao mesmo tempo que atendem à procura desenfreada pela individualização e personalização.¹

A vivência cultural mais restrita e a celebração do mais puro entretenimento, local e global, coexistem na sociedade actual. Estas manifestações traduzem duas tendências marcantes: por um lado os eventos de massas, com forte predomínio do factor entretenimento, promovidas e/ou apoiadas por corporações que fazem desse território o melhor campo para as suas campanhas de marketing. Têm como alvo o maior número possível de consumidores, segmentados por idades, classes sociais, gostos, ideologias, comportamentos, entre outros. Usam diferentes plataformas de venda dos produtos e serviços, muitas vezes à escala global. Por outro lado, as organizações e eventos que, por imperativo da sua missão cultural, oferecem ao consumidor produtos e serviços (bens culturais) escassos, muitas vezes de acesso limitado ou fortemente condicionado, que assentam em factores simbólicos maioritariamente acessíveis pelo conhecimento, pelo uso ou vivência directa num tempo e espaço finito. Estão neste caso, e apenas a título de exemplo, os museus, o património histórico, as bibliotecas, os parques e paisagens protegidas, os centros culturais e de ciência. Uns e outros competem entre si por capital e consumidores (públicos, clientes). E se à partida poderemos ser levados a pensar que a batalha estaria perdida a favor dos primeiros (os produtos e serviços de massas), nada mais ilusório, no meu entender. Isto porque, como afirmei antes, os comportamentos, necessidades e desejos dos consumidores mudaram. Nas sociedades educadas e que

¹ O negócio de venda de música on-line é um exemplo de como há consumidores para todos os gostos e oferta (produtos) para os satisfazer. Abundantes mercados de nichos por sua vez divididos em nichos de nichos. E alguns perceberam como lucrar, tanto com esses número gigantesco de preferências individuais quanto com os blockbuster para milhões. Ver "A cauda Longa. Porque é que o futuro dos negócios é vender menos de mais produtos", de Chris Anderson, Editora Actual, Lisboa, 2007.

fazem do conhecimento o capital individual de afirmação, profissional ou pessoal, e da individualização e personalização, imperativos a satisfazer, as experiências de consumo de produtos e serviços culturais, bens de capital simbólico suportados em conhecimento intensivo, são um alvo apetecível.

A pergunta surge imperiosa: quem melhor do que as organizações culturais, embora não exclusivamente, podem satisfazer aquelas necessidades e aquele tipo de satisfação? Aquelas que, nas sociedades pós-moderna e do conhecimento, os consumidores necessitam e estão dispostos a receber: uma experiência de conhecimento personalizada, aquela que vai ao encontro dos requisitos do indivíduo, dos seus interesses e necessidades.

Conhecer e aprender é uma necessidade marcante das sociedades actuais, está no centro das nossas necessidades, na profissão ou nos tempos de não-trabalho. A diferença fundamental, hoje, é que esses cidadãos requerem uma aprendizagem personalizada, enriquecedora, de qualidade, criativa, competente. Também aqui, acompanhando as mudanças sociais, estamos perante uma mudança de paradigma: da aprendizagem de massas, característica das sociedades industriais, para uma aprendizagem personalizada, características das sociedades baseadas no conhecimento e na criatividade.

Outra e importante modificação social é que o conhecimento e a aprendizagem não estão já confinados apenas às instituições de ensino, às escolas e academias. O conhecimento e, por conseguinte a oportunidade de aprender, estão disseminados por diferentes tempos e locais: na profissão, na internet, nas organizações de interesses, nos media, nos espaços e equipamentos culturais, entre muitos outros. Isto permite ao cidadão uma aprendizagem de livre escolha (free learning choice)², aquela que o cidadão escolhe em função dos seus interesses mutáveis, do seu tempo disponível, da acessibilidade do conhecimento, do modo como ele lhe é disponibilizado (tem importância capital o acesso user friendly), a competência e notoriedade de quem lho providencia.³ Os espaços e equipamentos culturais vêm aqui a sua missão sair reforçada, desde que atendam a estas necessidades, promovam e potenciem estas oportunidades, redefinam os seus programas de acção baseados numa missão de serviço ao cidadão. O património, tangível ou intangível, que estes espaços e equipamentos possuem é incensurável, um fundo de matéria prima rica, em qualidade e quantidade, embora diferentemente acessível, consoante os casos, à transformação que lhe acrescentará o valor que os consumidores (públicos, clientes) de todas as idades, classes sociais, económicas e culturais reivindicam. E não é fantasia pensar que estão e estarão cada vez mais dispostos a pagar por via directa e menos por via indirecta (dos impostos). Na sociedade do conhecimento o conhecimento/aprendizagem de livre escolha “consumirá cada vez mais e mais tempo, tornar-se-á cada vez mais importante e verá o seu estatuto reconhecido. Os museus estão bem colocados para satisfazer aquele desejo de auto-actualização permanente” (Falk, 2006).

Públicos

No prefácio da Coleção Públicos João Teixeira Lopes refere que públicos “são comunidades de estranhos, efémeras e contingentes, que se formam pela convocatória de um discurso e pela apropriação reflexiva de sentido. Comunidades que, no entanto, apesar de pouco cristalizadas, assentam na possibilidade de acrescentar mundos aos mundos da vida” (Lopes, 2007). A reter nesta aproximação clara a uma definição do conceito, o sentido implícito de formação que o autor convoca e confrontá-la com o entendimento das organizações culturais enquanto provedoras de conhecimento e aprendizagens, como em Falk, quando explicitamente reclama que os museus – eu acrescentaria, sem ser exaustivo, um parque arqueológico, um centro de interpretação, um centro de ciência, um castelo – “precisam de recentrar-se primeiramente e cada vez mais como negócios da educação, organizações que providenciam experiências de aprendizagem de livre escolha altamente qualificadas a uma população faminta de aprendizagens e conhecimentos com significado e sentido” (Falk, 2006). Sem contudo desvalorizarem e muito menos abandonarem qualquer outra das suas obrigações, aliás definidas por organismos internacionais e leis nacionais. Abandonar sim, a tarefa inglória, desgastante e infrutífera de serem tudo para todos porque, nas sociedades de hoje, tentar ser tudo para todos é uma estratégia condenada ao insucesso num mercado complexo, individualizado e altamente competitivo como é o actual.

² Eu escolho o que aprendo, quando aprendo, onde aprendo e quando aprendo.

³ Nada disto invalida, no entanto, a necessidade da instituição escola como lugar das aprendizagens fundamentais, sistemáticas, organizadas, testadas e avaliadas.

Se o desafio proposto poderá constituir-se aliciante e tentador para algumas organizações, outras haverá em que a resistência será mais forte que o desejo de abraçar uma alternativa de mudança tão profunda. No entanto, a tarefa primeira para ambas é conhecer profundamente os seus públicos. Eis algumas questões pertinentes:

As organizações saberão verdadeiramente por que os seus públicos vêm ao seu encontro e o que esperam levar da experiência de que usufruem? Por outras palavras: estão as organizações apenas centradas na sua oferta sem atenderem àquilo que as pessoas realmente procuram e têm necessidade?

O que será que a organização não está a oferecer que seja exactamente aquilo que o seu público (consumidor) espera e verdadeiramente quer e necessita?

A organização sabe que percentagem do seu público (cliente) considera insubstituível os produtos e serviços que oferece?

Saberão verdadeiramente as organizações aquilo que os seus públicos fazem e sobretudo porque o fazem nas visitas?

Quem é, a todo o momento, a nossa concorrência? Onde estão e que meios têm?

De que maneira e em que grau a concorrência, nova ou já instalada, pode tornar-se de tal modo competitiva que o resultado seja perder grande parte do nosso público (cliente)?

Sejam quais forem as circunstâncias, quais são os dois valores (simbólicos e/ou materiais) de que a organização jamais prescindirá?

Tal como qualquer outra organização, também as organizações culturais necessitam de olhar permanentemente para o seu mercado e equacionar em simultâneo o lado da oferta e o lado da procura. Estudar em profundidade e extensão os seus públicos (consumidores, clientes, fãs, amigos). Adaptar, transformar, reequilibrar, mudar, medir, avaliar serão acções vitais para o sucesso de uma organização. Os públicos, cada vez mais exigentes e os competidores cada vez mais aguerridos assim o exigem. A sociedade do conhecimento exige novos modelos de negócio para as organizações culturais, mas isso será tema para novo artigo.

Referências bibliográficas

Barbeiro, Luís. Comunicar Ciência – Aprender Ciência. Comunicação de Ciência, Coord.

Luís Barbeiro. Col. Públicos, Nº5, Setepés, Porto, 2007.

Colecção Públicos, nº 1 a 5, Setepés. Porto, 2007, pp.5

Davenport, Thomas H. Profissão: Trabalhador do Conhecimento. Como ser mais produtivo e eficaz no desempenho das suas funções. Biblioteca Exame. Revista Exame. 2007

Drucker, Peter. The Age of Discontinuity. Harper & Row, 1969, New York

Drucker, Peter. The Future That as Already Happened, Harvard Business Review, September-October, 1997.

Falk, John H., Sheppard, Beverly. Thriving in the Knowledge Age. New Business Models for Museums and Other Cultural Institutions. AltaMira Press,U.K., 2006

Murteira, Mário. Economia do Conhecimento. Col. O que é. Quimera Editores, Lda. 2004

Breve nota biográfica

Aveiro. Licenciatura em Biologia pela Universidade de Coimbra, Curso Superior de Teatro pela ESMAE/I.P.Porto e Pós-Graduação em Comunicação e Educação em Ciência pela Universidade de Aveiro. Bolsa Erasmus em Teatro na University College of Ripon&York, Inglaterra. Entre 1982 e 2007 foi docente de Ciência e Matemática do 2º Ciclo do Ens. Básico e docente de Direcção de Cena na ESMAE entre 1996-98. Fez encenação, dramaturgia e direcção de cena em teatro e ópera. Fundador e Director da Setepés repartindo a sua actividade pela concepção de projectos culturais, de comunicação de ciência e de formação profissional, sendo responsável pelo Departamento Ciência.

A construção da carta arqueológica do PAVC.

A sua importância para a investigação e gestão
do património do Vale do Côa.

Luís Luís

(Arqueólogo, Parque Arqueológico do Vale do Côa, lluis.pavc@igespar.pt)

Palavras-Chave: Vale do Côa, carta arqueológica, SIG, ordenamento do território

Resumo

Na sequência da divulgação da descoberta dos primeiros vestígios de arte rupestre do Vale do Côa, iniciou-se um processo de investigação arqueológica relativo à arte e respectivo contexto arqueológico.

Como resultado dessa investigação procedeu-se à criação de um primeiro inventário relativo aos sítios arqueológicos identificados. Numa primeira fase, tratava-se de uma simples base de dados, que não se encontrava directamente relacionada com a sua referência cartográfica.

No decurso da elaboração da proposta de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, no contexto do previsto na Lei n.º 107/2001 (n.º 7 do art.º 75.º), procedeu-se à transformação do inventário existente num projecto SIG, integrando-se a base de dados e a respectiva representação gráfica geo-referenciada.

No presente texto descreve-se todo o processo de constituição da carta arqueológica, com as suas dificuldades. Assinalam-se as virtudes e limitações da fase actual de desenvolvimento, e apontam-se os futuros passos a seguir, num projecto em construção permanente. Finalmente, salienta-se a importância deste instrumento de trabalho na investigação e gestão do território em questão, no quadro do futuro plano de ordenamento de parque arqueológico (Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio).

A divulgação da identificação de arte rupestre paleolítica ao ar livre no Vale do Côa em 21 de Novembro de 1994 (Carvalho, 1994), teve profundas repercussões em termos científicos e socio-políticos, não só nacional, como internacionalmente. Internacionalmente essas repercussões foram sobretudo científicas, apesar do activo envolvimento de grande parte da comunidade científica internacional na preservação da arte. A descoberta de tão vasto conjunto de arte paleolítica ao ar livre operou uma “revolução copernicana” (Zilhão, 1998b) no mundo da arte paleolítica. Este reconhecimento científico integrou aquilo a que se apelidou já da revolução dos três C (Côa, Chauvet, Cosquer) (Clottes, 1998), um dos mais importantes momentos da historiografia da arte paleolítica europeia, logo após a descoberta gruta de Altamira, por Marcelino Sanz de Sautuola, e a sua posterior validação pela arqueologia francesa (Cartailhac, 1902).

Em território nacional, o impacto desta descoberta foi sobretudo socio-político. Nunca nenhuma descoberta ou polémica de natureza arqueológica teve tanta repercussão na sociedade portuguesa, envolvendo-a e dividindo-a. Este debate público acabou mesmo por atingir a esfera política, o que teve como consequência uma profunda mudança no papel e função da arqueologia na sociedade portuguesa. Essa mudança foi para além de mudanças institucionais. Se antes do Côa (a.C.) o património arqueológico era visto como um preâmbulo em planos de ordenamento ou uma formalidade legal cumprida a contragosto no decurso de obras de grande vulto, em consequência directa de todo o contexto da descoberta e preservação da arte do vale, este mesmo património passou a ser, de pleno direito, um elemento a considerar na gestão do território. Não desprezamos as consequências negativas que tal processo teve em parte da opinião pública, mas em termos legais e práticos o Caso Foz Côa veio alterar profundamente a posição da arqueologia em todo o planeamento e gestão territorial.

A construção da carta arqueológica do PAVC

Embora seguramente a história não esteja ainda toda escrita, a verdade é que processo de descoberta, divulgação e preservação se encontra já amplamente debatido e analisado (por ex. Luís, 2000). Por essa razão, interessa-nos apenas aqui tratá-lo de forma a explicitar o processo de construção da carta arqueológica do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

Depois de cerca de um ano de debate, foi apenas em Outubro de 1995, com a eleição do Governo Constitucional, que a preservação in situ da arte paleolítica do Vale do Côa ficou garantida. Em inícios do ano seguinte, o novo executivo suspende as obras de construção da barragem e encarrega uma equipa científica, que já se encontrava a trabalhar no campo, da elaboração de um relatório que sintetizasse “o conhecimento existente” e esclarecesse “definitivamente o verdadeiro valor e a verdadeira dimensão dos achados” arqueológicos do curso final do rio Côa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro). Este mesmo relatório foi apresentado a 2 de Janeiro de 1997 e posteriormente publicado (Zilhão, 1998a).

fig. 1 Ficha da carta arqueológica do PAVC (Microsoft Access).

Microsoft Access - [Ficha de realocação de Sítios Arqueológicos]

Ficheiro Editar Ver Inserir Formatar Registos Ferramentas Janela Ajuda

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Inventário de Sítios Arqueológicos

Data: 14-08-1995 IIº de inventário: 002 Sigla: CAR

Designação: Cardina I e II

CHS: 11108 IIº de Processo(s): 97/1(184); 90/1(374)

Distrito, Concelho, Freguesia: Guarda, Vila Nova de Foz Côa, Santa Comba

Topónimo: Cardina (Salto do Boi)

Carta Mil: 151

Latitude II: 40 58 47 Longitude W (Greenwich): -7 06 01

Paralelo / Y: 446317,15625 Meridiano / X: 286825,59375 Altitude (m): 165

Tipo: Estação de ar livre

Período: Paleolítico superior (Gravetense, Proto-Solutrense e Magdalenense); Neo-Calcolítico

Descrição sítio: Ocupa duas plataformas distintas plantadas com oliveiras, localizadas na margem esquerda do Côa, num troço onde este rio descreve um cotovelo apertado. Cardina II deve corresponder a um coluvionamento da parte superior da sequência estratigráfica reconhecida em Cardina I. O sítio já sofreu várias campanhas de escavação e forneceu artefactos paleolíticos de vários períodos, em quartzo, quartzito, sílex, cristal de rocha e riolite. A conservação de uma sequência estratigráfica com ocupação de várias épocas, a presença de carvões e restos de fauna nos níveis de base, a identificação de estruturas de habitat, fazem deste local um sítio de primeira grandeza e de importância crucial.

Descrição breve: Ocupa duas plataformas distintas plantadas com oliveiras, localizadas na margem esquerda do Côa, num troço onde este rio descreve um cotovelo apertado. O sítio tem vindo a ser alvo de várias campanhas de escavação.

Bibliografia: ZILHÃO et al., 1995: 471-497; AUBRY et al., 1997: 75-209.

Cadastro: Luís Augusto Leonardo, Hereiros de Etelvina Carrasco-Maria da Conceição Benedito Lopes Nunes, Maria Emilia Dias, Ma

Classificação: MN Imagens:

Conservação: Regular

Ameaça: Agricultura

Uso Solo: Agrícola Protecção:

Acessos: Caminho carreteiro com origem nas Tomadias.

Observações:

Registo: 2 de 261

Vista de formulário

O relatório apresentava uma súmula dos resultados dos trabalhos realizados entre 1995 e 1996, um estudo da geologia regional, a publicação da arte rupestre de quatro dos principais núcleos e a carta arqueológica do PAVC.

Até então, a investigação arqueológica no Vale do Côa resumia-se à escavação da ção romana da Quinta de Santa Maria da Ervamoira (Guimarães e Peixoto, 1987), tendo a primeira carta arqueológica do concelho sido publicada em 1996 (Coixão, 1996).

A primeira versão da carta arqueológica do PAVC baseava-se fundamentalmente nos trabalhos de prospecção das equipas do Parque e apresentava-se sobre a forma de fichas, contendo 11 campos descritivos para cada sítio, a saber: número de ordem e código; topónimo; data de descoberta ou visita por equipas do PAVC; localização administrativa; coordenadas geográficas; implantação e descrição das condições de achado; trabalhos efectuados e descrição da estratigrafia e estruturas reconhecidas; materiais arqueológicos observados ou recolhidos; atribuição cronológica; potencial; observações diversas. A localização dos sítios foi publicada em cartas 1:100.000 (Aubry et al., 1998: 88). Foram então publicados 52 sítios e 12 achados isolados, percorrendo cronologias entre o Paleolítico inferior e a Época moderna e contemporânea.

Após a edição deste relatório, que visava o objectivo imediato de assegurar a preservação deste património, a investigação arqueológica do PAVC prosseguiu com os seguintes objectivos fundamentais:

- . Contextualizar os diferentes momentos artísticos do Vale do Côa;¹
- . Conhecer a evolução da ocupação humana do território.

Estes objectivos foram-se cumprindo através da continuação de acções de prospecção arqueológica sistemática, do reforço da pesquisa bibliográfica e sobretudo dos projectos de investigação e intervenção arqueológica na área do PAVC e envolvente. Os projectos de investigação foram divididos em projectos internos, da responsabilidade de investigadores ao serviço do PAVC, que incidiam sobretudo em momentos pré-históricos, e projectos externos, da responsabilidade de variados investigadores que incidiam sobre a área do PAVC e zona envolvente.

Uma das tarefas então considerada necessária para correcta gestão e compreensão dos vestígios que foram sendo identificados, foi a produção de uma base de dados de sítios arqueológicos.

Numa primeira fase, esta base de dados foi elaborada por Alexandra Cerveira Pinto Lima com recurso ao programa informático FileMaker Pro, seguindo os campos definidos para a publicação do relatório.

A partir de 2000 optou-se pela sua conversão para Microsoft Access, com vista à sua futura integração num Sistema de Informação Geográfica (SIG). Esta conversão foi realizada com o recurso à Ficha de Relocalização de Sítios Arqueológicos, então utilizada pelas Extensões do Instituto Português de Arqueologia (IPA), que foi sendo alterada de acordo com as necessidades verificadas.²

Chegou-se assim a uma base de dados (PAVCsítios), cuja ficha contém 29 campos para preenchimento (fig. 1). Neste momento, esta base de dados contém 258 entradas que correspondem a sítios arqueológicos inseridos dentro da área do PAVC, tal como definida no Decreto-Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro, e zona envolvente.

Os 29 campos são sobretudo de texto livre, onde figuram a designação, localização administrativa, coordenadas geográficas (Datum Lisboa e rectangulares), descrição do sítio e sua interpretação, referências, proprietários, acessos, etc. Com o objectivo de uniformizar, compatibilizar e evitar erros de atribuição, a base de dados possui também campos com caixas de combinação que seguem o thesaurus definido para a base de dados do IPA, o Endovélico (http://www2.ipa.min-cultura.pt/ipa/basedados/basedados_thesaurus.html), no que diz respeito a: tipo de sítio, período histórico, estado de conservação, uso do solo, ameaças e classificação.

Já noutro local realizámos uma análise deste inventário (Luís, 2005), mas podemos referir brevemente que, dos 253 sítios inscritos na base de dados do PAVC, 209 (81%) foram identificados pelas suas equipas, sendo o conhecimento dos restantes devido à pesquisa bibliográfica. Neste conjunto de sítios incluímos igualmente os núcleos de arte rupestre (31), cuja descoberta e estudo detalhado se devem aos investigadores do CNART. Na primeira fase da construção desta carta não se havia incluído este tipo de

¹ O estudo da arte rupestre do vale ficou atribuído ao Centro Nacional de Arte Rupestre, a partir da sua criação como serviço dependente do IPA, altura em que o PAVC, que já existia de facto, passou igualmente a ser um serviço dependente do então criado instituto (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio).

² Agradecemos a colaboração da nossa colega, Jacinta Bugalhão, então chefe da Divisão de Inventário do IPA.

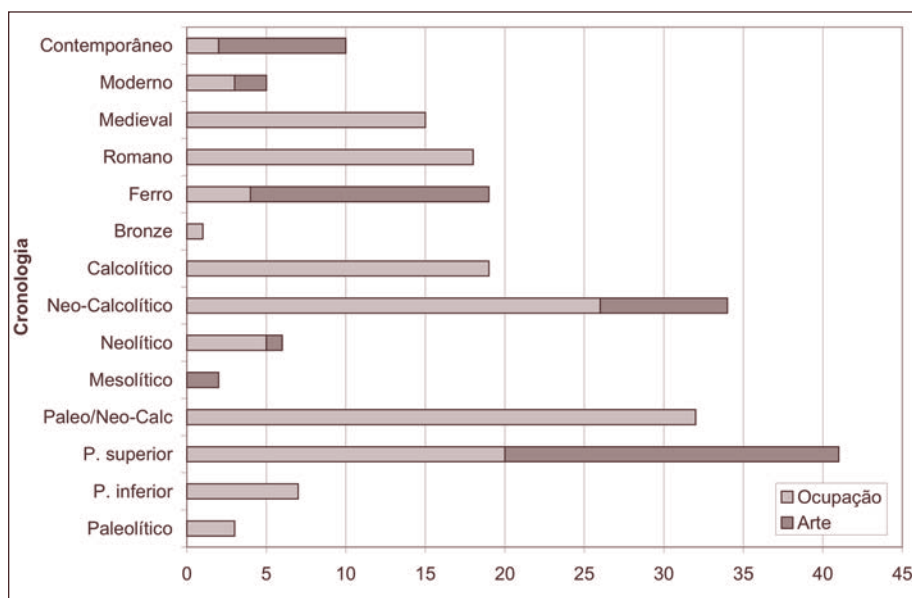


fig. 2 Ocupações identificadas no Vale do Côa.

sítios. Não substituindo uma mais detalhada base de dados do CNART, considerou-se, contudo, que os sítios de arte rupestre não poderiam estar ausentes de uma base de dados arqueológica cujo objectivo de conhecer e gerir o património de um determinado território. O PAVC não tem responsabilidades directas na investigação da arte rupestre do vale, mas tem-nas na sua protecção.³

O conjunto de sítios registados abrange uma cronologia longa, desde o Paleolítico inferior à Época contemporânea (fig. 2). A atribuição cronológica das ocupações da maioria dos sítios deriva exclusivamente da análise dos materiais observados à superfície. Esta atribuição é por vezes dificultada quando nos encontramos perante ocupações, cujos materiais característicos são difíceis de distinguir a partir de amostras identificadas à superfície. Daí resulta, por exemplo, o grande número de sítios com a classificação “Neo-calcolítico”, quando comparado com o reduzido número de sítios com uma cronologia do Neolítica, Calcolítica ou da Idade do Bronze. Este facto fica-se a dever à existência, em muitas jazidas, de cerâmica manual sem decoração, o que se apresenta como uma dificuldade à atribuição cronológica. Simplificando, estes materiais poderão ser datados desde o Neolítico até à Idade do Bronze, isto sem contar com todas as produções cerâmicas manuais posteriores. Uma vez que o thesaurus do IPA não contém qualquer termo que possa integrar todos estes momentos, como por exemplo “Pré-história Recente”, adoptou-se o termo “Neo-calcolítico”, que em sentido literal exclui a Idade do Bronze. Da análise do gráfico, resulta um predomínio dos horizontes pré-históricos. Este facto estará seguramente relacionado com a especial incidência da investigação nestes horizontes. O registo de sítios com cronologias pós-medievais não é exaustivo, salientando-se aqui os núcleos de arte rupestre históricos e as ocupações de épocas modernas e contemporâneas em jazidas com ocupações anteriores.

A prospecção e registo de sítios arqueológicos na área do PAVC e envolvente têm vindo a ser levados a cabo de forma continuada desde 1995, com picos em 1997 e 2000 (fig. 3). É curioso verificar que o número de sítios identificados é inversamente proporcional ao número de dias empregues em escavação. Isto é, nos anos em que se escavou mais, prospectou-se menos, o que revela uma interessante complementaridade destas duas acções fundamentais à investigação arqueológica.

Como qualquer carta arqueológica, esta base de dados é sobretudo um instrumento de investigação e gestão do património arqueológico e nunca se encontra concluída.

A localização cartográfica dos sítios foi inicialmente feita directamente sobre as Cartas Militares 1:25.000 e, numa segunda fase, sobre cartografia digitalizada. Este procedimento fazia com que as fichas dos sítios arqueológicos e a sua implantação cartográfica fossem duas realidades distintas e separadas, sendo a realidade uma. Recorrendo-se às possibilidades informáticas que a arqueologia tem hoje ao seu dispor, iniciou-se assim a integração desta carta arqueológica num projecto SIG. Este projecto encontrava-se já em construção, no âmbito da criação do Plano de Ordenamento do PAVC.

³ Esta situação alterou-se a 29 de Março de 2007, com criação do IGESPAR, I.P. (Decreto-Lei, n.º 97) e consequente extinção do IPA, bem como alguns dos seus serviços dependentes, nos quais se incluía o CNART. Esta equipa de investigação foi então integrada no PAVC [nota de Novembro de 2008].

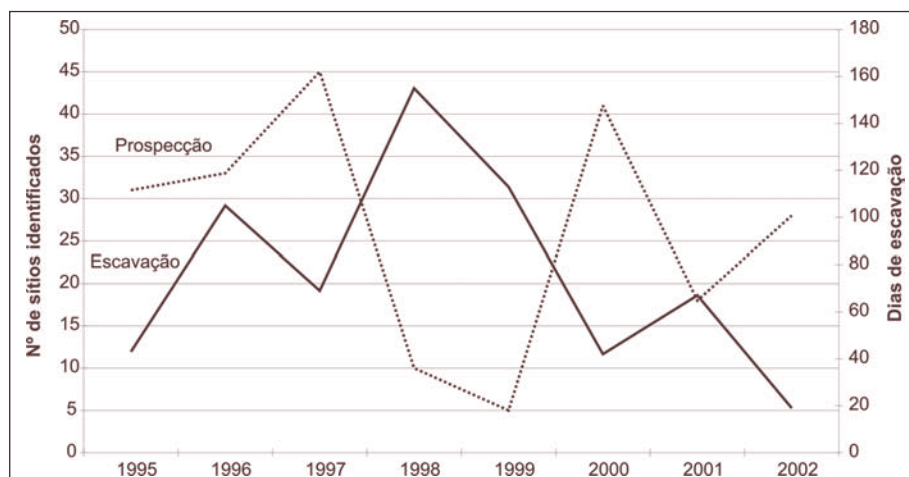


fig. 3 Relação entre prospecção e escavação no PAVC.

O projecto SIG no quadro da criação do Plano de Ordenamento do PAVC

Entende-se hoje que todo o património arqueológico, para além de se inserir num tempo, se insere num espaço, que é fundamental para a sua total compreensão (Tilley, 1994). Pelas suas características, o património do Vale do Côa, sobretudo o rupestre, encontra-se profundamente vinculado ao território envolvente, o que levou mesmo a defender-se que o monumento é o próprio vale (Zilhão, 2000).

Obtida a protecção legal do conjunto de sítios, através da sua classificação como Monumentos Nacionais (Decreto n.º 32/97, de 2 de Julho), bem como o reconhecimento internacional da sua valia, através da sua integração na lista de Património Mundial em Dezembro de 1998 (UNESCO, 1999), seguiu-se no sentido da protecção do território envolvente, que os enquadra e dá significado.

Neste sentido suspenderam-se, pelo prazo de dois anos, os Planos Directores Municipais dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda, numa área de cerca de 200 km², em torno dos núcleos de arte do curso final do rio Côa, sujeitando-se esse território a um conjunto de medidas preventivas (Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro). O prazo de suspensão foi entretanto prorrogado, pelo prazo de seis meses (Decreto-Lei n.º 95/2001, de 23 de Março).

Tratava-se aqui apenas de medidas preventivas com um prazo definido. A figura de parque arqueológico continuava ausente da lei portuguesa e a sua expressão territorial. O Parque Arqueológico do Vale do Côa existia apenas enquanto serviço dependente do IPA, com a função de gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os sítios arqueológicos inseridos na zona especial de protecção (art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio).

Foi então necessário esperar pela nova lei do património cultural (n.º 107/2001, de 8 de Setembro) para a definição da figura de parque arqueológico enquanto um instrumento do regime de valorização dos bens culturais. Um parque arqueológico passa a ser definido como “qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios” (n.º 4 do art.º 74.º). O n.º 7 do art.º seguinte definia que “com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos (...) a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território”.

Ficava assim legalmente definido o que era um parque arqueológico, o que era o seu território e o instrumento para a sua gestão, o plano de ordenamento de parque arqueológico. A forma de criação e gestão do plano eram deixados para definir em legislação de desenvolvimento, concretizada no Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio. Tratou-se de um processo ímpar, em que uma realidade arqueológica andou à frente e influenciou a construção do edifício legal (Pau-Preto e Luís, 2003). O desenrolar destes acontecimentos influenciou de forma determinante todo o processo de construção da carta arqueológica do PAVC, conferindo-lhe uma nova importância, enquanto instrumento de gestão de um território, ao abrigo de uma nova figura do ordenamento do território.

Ponto da situação, potencialidades e importância do projecto

Neste momento, a compatibilização integral dos dados compilados pelo IDAD encontra-se terminada. A equipa do PAVC encontra-se numa fase de relocalização dos sítios, mas mais importante do que isso, tem-se vindo gradualmente a substituir os pontos que localizam os sítios arqueológicos por áreas de distribuição de achados.⁶

Com a excepção dos núcleos de arte rupestre e restantes sítios arqueológicos classificados como Monumento Nacional, todos os sítios arqueológicos se encontram assinalados por meio de pontos. Isto não corresponde à realidade material dos vestígios no terreno, pelo que se deverá partir para um conjunto de polígonos, que correspondem às áreas de dispersão de achados, o que se revelará mais útil e informativo para a gestão e investigação arqueológica.

Tradicionalmente as cartas arqueológicas consistem na implantação de pontos sobre diferentes tipos de cartografia, que localizam os vestígios arqueológicos, identificados em prospecção ou referidos pela bibliografia. Se para determinados tipos de análise e aproveitamento dos dados esta prática se pode ainda justificar, quando nos debruçamos sobre um microterritório, esta prática revela-se insatisfatória. Tem-se verificado que a substituição de pontos por áreas de distribuição de achados se torna particularmente vantajosa em termos de gestão territorial, mas também de investigação arqueológica. A título de exemplo, refira-se que estudos recentes de arqueologia romana têm beneficiado da análise das áreas de distribuição de achados. Parte-se aqui do pressuposto que diferentes áreas de distribuição de achados, conjugadas com a natureza dos próprios achados, correspondem a realidades distintas relativamente às unidades de povoamento (Alarcão, 1998). Este tipo de análise tem a vantagem de poder oferecer um conjunto de hipóteses interpretativas acerca de estrutura e hierarquização do povoamento antigo, sem o recurso à escavação arqueológica em grande escala.

Em termos de gestão de um dado território mais facilmente se compreenderá a vantagem da delimitação exacta de áreas de distribuição de achados à superfície. Isso proporciona um conhecimento mais próximo da realidade do terreno, possibilitando desta forma, um melhor planeamento.

A presença de equipas no campo em trabalhos de monitorização, relocalização e delimitação de áreas de distribuição de achados proporciona igualmente a identificação de novos sítios arqueológicos. A carta arqueológica do PAVC é pois de um projecto em construção permanente. Só assim ela poderá funcionar como um instrumento válido e actualizado. Nesse sentido verifica-se uma constante actualização dos dados da base de dados, bem como no projecto SIG.

Por outro lado, verifica-se uma contínua adição de novos temas, seja pela criação de temas que reflectam a realidade actual do território do PAVC, seja pela importação de temas de carácter nacional, realizados por outras entidades (por ex. Atlas do Ambiente), que possam ter implicação na gestão dos vestígios arqueológicos.

O PAVC tem vindo a desenvolver outros projectos de ArcGIS, como sejam a delimitação das propriedades privadas que se encontram integradas nas áreas classificadas como Monumento Nacional, ou a definição das características ambientais do território do Parque, levada a cabo pela bióloga Sónia Emídio, com vista a uma eventual introdução de cavalos Przewalski (Emídio, 2005). Apesar de, à primeira vista, não estar directamente relacionada com os dados de natureza arqueológica, a informação recolhida no âmbito destes projectos revela-se por vezes de grande utilidade para a gestão dos sítios arqueológicos e pode ser integrada no projecto de arqueologia.

Este projecto apresenta assim potencialidades, que podem servir os objectivos do PAVC, enquanto entidade responsável por um património inserido num território. Essas potencialidades derivam da possibilidade que o SIG proporciona em termos de estabelecimento de relações entre toda a informação introduzida.

Ele contribui decisivamente para o objectivo de “conhecer para proteger” o património arqueológico, possibilitando uma efectiva gestão patrimonial. A carta arqueológica do PAVC e a sua integração num projecto SIG fornece dados importantes para uma análise da estruturação e organização da ocupação de um território ao longo dos tempos, adaptando-se a análises de diferentes tipos. Podemos assim realizar a tradicional análise da ocupação humana ao longo dos tempos (Luís, 2005), e estabelecer a sua relação com as condicionantes do território, o uso actual do solo, a geologia, os tipos de paisagem actual, etc., com todas as implicações que isso possa ter para a gestão e estudo do património local.

⁶ No último ano, este trabalho tem vindo a ser realizado directamente por Winde Mertens, no âmbito de um projecto de estágio profissional, com a colaboração no terreno dos assistentes de arqueologia do PAVC, Carla Magalhães e Jorge Sampaio.

O projecto da carta arqueológica do PAVC, na sua versão SIG, permite igualmente perceber os modelos de localização de sítios arqueológicos, o que possibilitará a definição de cartas de sensibilidade e susceptibilidade arqueológica.

Distinguimos aqui as dimensões de sensibilidade e susceptibilidade arqueológica. Por carta de sensibilidade arqueológica entendemos a definição, a partir dos dados conhecidos, de zonas mais sensíveis em termos patrimoniais, devido à frequência da ocorrência de achados. Por exemplo, no caso do PAVC, o planalto da Olga Grande (Almendra) é uma zona de grande sensibilidade arqueológica, devido ao grande número de sítios arqueológicos com ocupação paleolítica identificados (cerca de 20, numa reduzida unidade geomorfológica). Igualmente, pela distribuição dos núcleos de arte rupestre identificados, podemos também definir as margens do Côa, e seus afluentes, assim como as margens do Douro, junto à foz do Côa, como zonas de grande sensibilidade arqueológica. Estes dados poderão ter grande relevância em termos de gestão do território e do património, podendo vir a definir-se zonas de reserva arqueológica ou buffers onde a actividade humana actual seja restringida ou controlada.

Já por carta de susceptibilidade arqueológica entendemos a definição de áreas onde seja previsível, ou não, o aparecimento de novos sítios arqueológicos, a partir do conhecimento que possuímos do terreno. Isto foi aliás já feito em relação às ocupações paleolíticas por Thierry Aubry (Aubry e Carvalho, 1998), ainda antes do projecto SIG. Neste caso, com base em dados arqueológicos, mas sobretudo geológicos e geomorfológicos definiu-se, um padrão de distribuição das ocupações, o que permitiu identificar sítios arqueológicos que não apresentavam quaisquer vestígios à superfície, por se encontrarem debaixo de grossas camadas sedimentares estéreis (por ex. Quinta da Barca Sul).

As áreas de forte declive não serão à partida susceptíveis de encerrar grande número de vestígios arqueológicos, devido à forte erosão que se verifica nessas zonas. Utilizando o SIG para elaborar uma carta de declives, poderemos definir áreas de fraca susceptibilidade de aparecimento de sítios de ocupação. No entanto, pelo conhecimento que possuímos, é exactamente nessas zonas que é susceptível o aparecimento de novos sítios de arte rupestre. Tendo em conta a sua distribuição, as áreas ribeirinhas do Côa e afluentes são áreas de forte sensibilidade, sobretudo em zonas que se insiram nas formações geológicas Desejosa ou Pinhão.

Analisámos recentemente outro exemplo de susceptibilidade arqueológica na área do PAVC (Luís, no prelo). Confrontando a distribuição de sítios arqueológicos romanos de alguma dimensão, geralmente identificados como villae, com a carta de capacidade e uso de solos, verificamos a sua relação directa com solos de classe A, isto é com maior capacidade agrícola (Vales da Veiga de Longroiva e de Santa Maria). Verificamos, contudo, que este tipo de vestígios se encontra ausente numa terceira área do território do PAVC, que apresenta este tipo de solos: junto à povoação de Algodres. Pensamos que este facto se poderá ficar a dever a uma falta de prospecção, ou ao facto do eventual sítio se encontrar hoje sob o aglomerado populacional. Trata-se contudo de uma zona susceptível de vir a fornecer novos dados, devendo por isso ser objecto de prospecção.

É este o tipo de resultados que poderemos obter a partir do estabelecimento de relações entre os diferentes temas do projecto SIG e a localização dos sítios arqueológicos. No que fica dito, não pretendemos que se veja uma apresentação propagandística do projecto. Queremos dar aqui apenas conta do caminho percorrido e das potencialidades do projecto. Reafirmamos que se trata de um projecto em curso, que começa a dar os primeiros passos, mas que apresenta ainda muitas falhas. Essas falhas verificam-se sobretudo ao nível humano, com a escassez de pessoal envolvido no trabalho de campo e de gabinete. Por outro lado, verificam-se ainda algumas falhas técnicas, pelo que poderemos apenas afirmar que se encontra em fase de implementação.

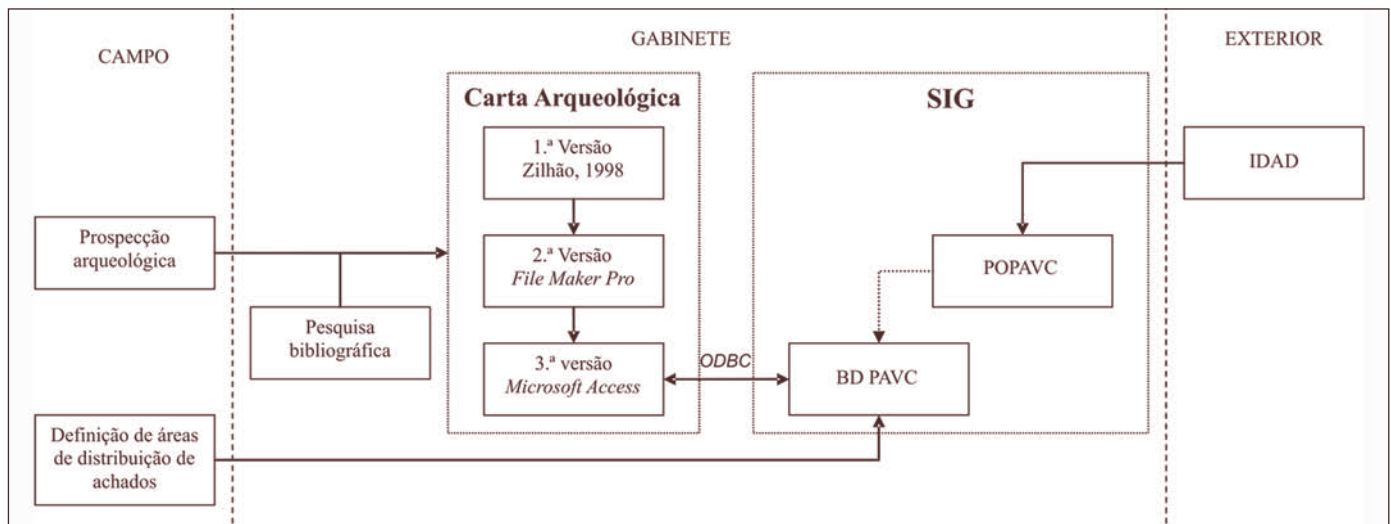


fig. 5 Processo de integração da base de dados de sítios arqueológicos no SIG.

Conclusão

A carta arqueológica constituiu-se desde cedo como um instrumento de investigação arqueológica. Ela era definida pela implantação de pontos numa carta topográfica, que correspondiam a fichas de descrição dos sítios arqueológicos. O conhecimento proporcionado por este documento de trabalho e estudo, cedo se tornou útil para a preservação do património. De forma a proporcionar um conhecimento mais próximo da realidade, verificou-se a substituição dos pontos por áreas de distribuição de achados.

Este instrumento de estudo, tornado instrumento de gestão, beneficiou grandemente com o surgimento dos Sistemas de Informação Geográfica. Esta ferramenta foi rapidamente aproveitada para a investigação e gestão arqueológicas (Allen et al., 1990; Lemos et al., 2000), nomeadamente no domínio do património artístico rupestre (San Nicolás del Toro e Muñoz Bellerín, 2001).

Tem sido também este o caminho percorrido pelo PAVC na construção da sua carta arqueológica (fig. 5). Ele tem sido desenvolvido a par de uma alteração radical na forma de encarar o património arqueológico no quadro do planeamento e ordenamento do território, devido às características próprias do património do Vale do Côa. Esta nova perspectiva desencadeou mesmo uma alteração legislativa, que levou ao aparecimento da figura de Parque Arqueológico e do Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, o seu instrumento de gestão fundamental (Pau-Preto e Luís, 2003; Pau-Preto, 2008).

Neste novo quadro legislativo, a carta arqueológica torna-se num projecto fundamental para o PAVC. A sua actual versão, e os modelos de susceptibilidade ou sensibilidade patrimonial que se realizem a partir dela, são fontes de informação de grande relevância para a gestão deste território. Uma vez criado o Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, o património do Vale do Côa deverá ser a condicionante fundamental, uma vez que são exactamente esses vestígios que determinam a elaboração de tal plano.⁷

A carta arqueológica, integrada num SIG, situa-se assim na interface de três incumbências fundamentais do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a investigação de um património, a sua gestão, às quais associa, pela primeira vez, a gestão de todo o território onde a arte rupestre se insere (fig. 6).



fig. 6 O SIG na interface das funções do PAVC.

Vila Nova de Foz Côa, Novembro de 2005

Post-scriptum

O presente texto resulta da nossa participação no Workshop “A arqueologia, os planos de ordenamento do território e os estudos de impacte ambiental: o inventário, a carta arqueológica, a carta de sensibilidade patrimonial”, que decorreu a 15 de Setembro de 2004, em Faro, no âmbito do IV Congresso de Arqueologia Peninsular.

Tememos que a sua publicação neste fórum resulte um pouco desenquadrada no espaço e no tempo. O seu espaço de publicação deveria ter sido o livro de actas do respectivo congresso, mas a inexistência de uma perspectiva de publicação levam-nos a publicá-lo aqui e agora. A questão do tempo é mais notória, uma vez que, tratando-se de um texto de “actualidade”, escrito em 2005, se poderá revelar algo datado.

⁷ A proposta de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, foi já homologada pelo Ministro da Cultura, aguardando-se para breve a publicação do respectivo decreto regulamentar. O Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico deverá ser publicado dois anos após a data da publicação do decreto regulamentar [ver Post-Scriptum].

Ainda assim optámos por não alterar o texto, introduzindo-lhe apenas a nota 3 e a presente, actualizando ainda algumas referências bibliográficas. Julgamos contudo que a sua publicação se justifica, pois acreditamos que o seu conteúdo se mantém válido, enquanto caminho, ponto da situação e definição de princípios orientadores.

Desde a elaboração deste texto muitas coisas mudaram, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das aplicações informáticas. Lamentamos contudo a falta de investimento do serviço em termos de formação, bem como a redução dos recursos humanos. Muitos dos colegas referidos no texto viram entretanto terminado o seu vínculo com o PAVC. A integração do CNART no PAVC veio contribuir para a igual integração dos dados relativos à arte rupestre. Neste momento, a arte não surge na carta arqueológica apenas sob a forma de núcleo de dispersão, mas ao nível de cada uma das rochas. Para isso contamos com a colaboração de Mário Reis, o arqueólogo responsável pela prospecção da arte rupestre.

Apesar da mudança em termos de tutela, com a substituição do IPA pelo IGESPAR, o PAVC continua por criar enquanto entidade gestora de um território, cujo uso se encontra condicionado pela sua riqueza patrimonial.

Assim, apenas se encontram protegidos os bens já classificados (14 núcleos de arte e 2 de habitat), ou em vias de classificação (9 núcleos de arte), o que, face à riqueza patrimonial da região e à importância da sua contextualização paisagística, é manifestamente insuficiente. Acresce que o território do Vale do Côa se encontra neste momento sob uma forte pressão. A justa fama dos vinhos do Alto Douro tem vindo a gerar um forte investimento na região, que provoca grandes alterações na orografia e uso dos solos, constituindo-se como uma potencial ameaça aos vestígios arqueológicos, nomeadamente rupestres. Na falta de uma protecção integral do território, o caminho a seguir será o da definição e futura classificação de novos núcleos, e sobretudo das respectivas Zonas Especiais de Protecção, que se encontra ainda numa fase inicial.

Em 2005 aguardávamos para breve a publicação do diploma de criação do PAVC, à luz do Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio (nota 7 deste texto). No final de 2008 continuamos a aguardar tão importante diploma, no quadro do qual, a carta arqueológica, que aqui apresentamos, será uma ferramenta essencial para gestão do património do Vale do Côa e respectivo território.

Vila Nova de Foz Côa, Novembro de 2008

Bibliografia

Alarcão, J. de (1998) - Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. Conimbriga. Coimbra. 37, p. 89-119.

Allen, K. M. S.; Stanton, W. G.; Zubrow, B. W, eds. (1990) - Interpreting Space: GIS and Archaeology. : Taylor & Francis.

Aubry, T.; Carvalho, A. F. (1998) - O povoamento pré-histórico no Vale do Côa: Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). Côavisão. Vila Nova de Foz Côa. O, p. 23-34.

Aubry, T.; Carvalho, A. F.; Zilhão, J. (1998) - Arqueologia. In Zilhão, J., ed. - Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 74-209.

Cartailhac, É. (1902) - Les cavernes ornées de dessins: La grotte d'Altamira, Espagne: "Mea culpa" d'un scéptique. L'Anthropologie. Paris. 13, p. 348-358.

Carvalho, M. (1994) - Barragem de Foz Côa ameaça achado arqueológico. O Público. 21/11/94.

Clottes, J. (1998) - The 'Three Cs': fresh avenues towards European Palaeolithic art. In Chippindale, C.; Taçon, P., eds. - The Archaeology of Rock-Art. : Cambridge University Press, p. 112-129.

- Coixão, A. do N. S. (1996) - Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Emídio, S. de C. (2005) - Takhi ou cavalo selvagem da estepe: um caso de sucesso. *Tribuna da Natureza*. Porto. 22:p. 4-9.
- Guimarães, J. A. G.; Peixoto, M. da G. (1987) - Quinta de Santa Maria de Ervamoira. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 38-40.
- Lemos, F. S.; Baena, J.; Giestal, C. D.; Rocha, G., eds. (2000) - *Sistemas de Informação Arqueológica: SIG's aplicados à arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP.
- Luís, L. (2000) - Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82:4.e trimestre, p. 47-52.
- Luís, L. (2005) - Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), p. 31-60.
- Luís, L. (no prelo) - Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa. In Balbín Behrmann, R., ed. - *Arte al aire libre en el Sur de Europa (Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión [Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006])*.
- Pau-Preto, F. (2008) - O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território. Aveiro: Lugar do Plano.
- Pau-Preto, F.; Luís, L. (2003) - Plano de ordenamento de parque arqueológico: Uma nova figura de planeamento. *Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro. 1, p. 73-79.
- San Nicolás del Toro, M.; Muñoz Bellerín, P. (2001) - Sistemas de información geográfica aplicados al arte rupestre del arco mediterráneo de la Península Ibérica. *Panel: Revista de arte rupestre*. Sevilha. 1, p. 92-95.
- Tilley, C. (1994) - *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg.
- UNESCO (1999) - Report on the twenty-second session of the World Heritage Commission. Kyoto, Japan (30 November - 5 December 1998). Paris: World Heritage Commission.
- Zilhão, J., ed. (1998a) - Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa: trabalhos de 1995-1996. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Zilhão, J. (1998b) - Súmula dos resultados científicos. In Zilhão, J., ed. - *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 13-29.
- Zilhão, J. (2000) - La puesta en valor del arte rupestre del Valle del Côa. *Trabajos de Prehistoria*. 57:2, p. 57-64.

O papel da classificação na inventariação e salvaguarda da arte rupestre e demais sítios arqueológicos do Vale do Côa

António Pedro Batarda Fernandes



fig. 1 Localização de vários Núcleos de Arte Rupestre em Carta Militar.



fig. 2 Vista geral e localização em foto dos dois sectores do Núcleo de Vale de Cabrões.

Introdução

O Vale do Côa encerra um vasto legado arqueológico e cultural que importa preservar e valorizar. O Estado Português, correspondendo à elevação da arte rupestre do Côa ao estatuto de Património Mundial, criou um organismo com competências na gestão do território, preservação e apresentação pública deste património: o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). A este compete envidar todos os esforços que assegurem a preservação e protecção dos painéis insculptados do Côa. Assim sendo, e apesar da nova Lei do Património Cultural pressupor que um bem inventariado se encontra já protegido (nº 1 do Artigo 16 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro) – mais que não seja pelo conhecimento que os organismos estatais terão da sua existência e localização –, a classificação afirma-se ainda como o instrumento legal de referência que define claramente as regras de protecção a aplicar ao relevante património cultural imóvel.

Neste breve apontamento procuraremos ilustrar sinteticamente as estratégias e métodos utilizados pelo PAVC para a recolha e tratamento de dados referentes ao processo de classificação com vista à sua salvaguarda, apresentando ainda uma breve análise ao que entendemos serem as limitações da actual quadro legal no que concerne à classificação do Património Cultural.

O PAVC

Na área do PAVC existem bastantes condicionantes que afectam a gestão do território. Exemplo deste facto é a inclusão de grande parte do território do PAVC em áreas específicas de protecção como as ZPE's (Zona Especial de Protecção) dos rios Douro e Côa ou como a REN (Reserva Ecológica Nacional) ou a RAN (Reserva Agrícola Nacional). Todas estas condicionantes indiciam a existência de valores patrimoniais significativos para além daqueles que motivaram a criação do PAVC e que importa integrar numa gestão que se procura abrangente do território do Parque. A paisagem do último trecho do rio Côa (correspondente também a uma unidade litológica definida, a dos xistos metamórficos) constitui-se como um todo harmonioso resultado de uma interacção ou co-evolução milenar, nomeadamente de carácter agrícola, entre o Homem e o meio ambiente que hoje poderia ser designada como sustentada. Assim, esta actividade agrícola, se bem que de um modo geral amiga do ambiente e pouco intrusiva (o que ultimamente vem sendo posto em causa pelo plantio em vastas áreas da monocultura mais bem sucedida da região, a vinha), pode acarretar sérios danos, motivados quer por simples desconhecimento quer por negligência, para a preservação da arte rupestre, especialmente daquela situada nas zonas mais aptas à moderna exploração agrícola. É pois de extrema importância inventariar e classificar o património do Vale do Côa, protegendo-o assim quer pela via legal, quer pelo conhecimento que todos terão da sua existência e localização. O território do Parque Arqueológico do Vale do Côa é ele mesmo um extenso agrupamento mais ou menos descontínuo mas homogéneo de diversas unidades patrimoniais de que se destaca naturalmente o património de arte rupestre. Contudo, do processo de classificação de toda esta área como 'Parque', faz parte a criação e implementação dum Plano Especial de Ordenamento que pretenderá responder numa forma holística aos desafios que uma gestão integrada de todos estes patrimónios coloca (ver Pau-Preto e Luís, 2003).

Recolha de dados

À medida que os trabalhos de prospecção quer do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) quer das equipas do PAVC identificam novos Núcleos de Arte Rupestre ou novos sítios arqueológicos no Vale do Côa em que é possível identificar características de reconhecido valor patrimonial, iniciam-se os procedimentos de preparação do processo de classificação. Este processo passa pela recolha de dados relativos à propriedade, de contacto com os proprietários do(s) terreno(s), de realização de levantamentos topográficos da área em causa e, no caso da arte rupestre, organização dos documentos gráficos e/ou fotográficos produzidos pelo CNART, organismo que tem a seu cargo o estudo e inventariação do arte rupestre nacional complementados por fotografias e extractos de Cartas Militares com a localização, em diversa escala, dos Núcleos de arte rupestre produzidas pelo PAVC.

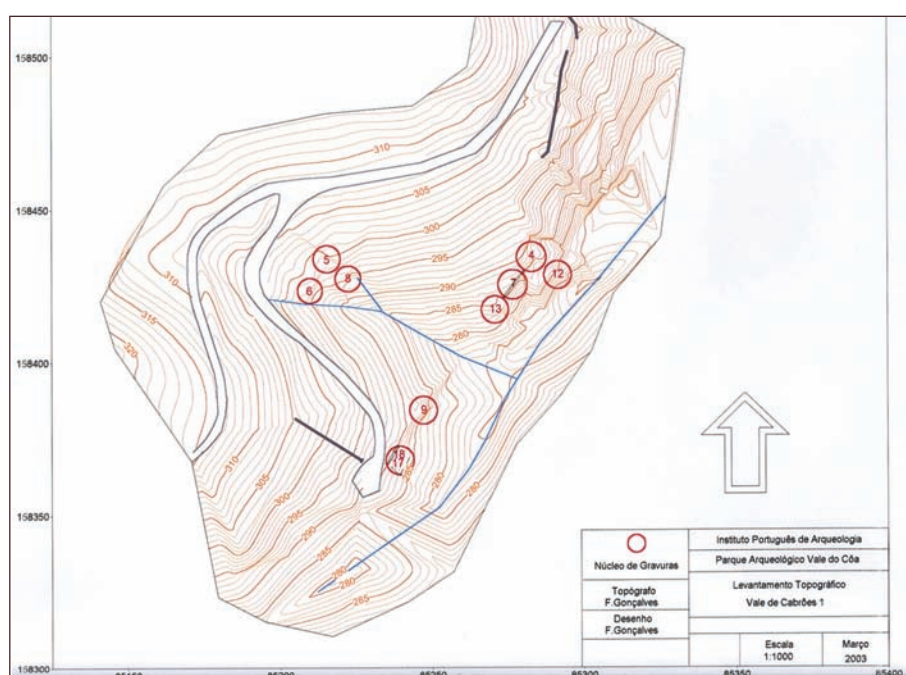
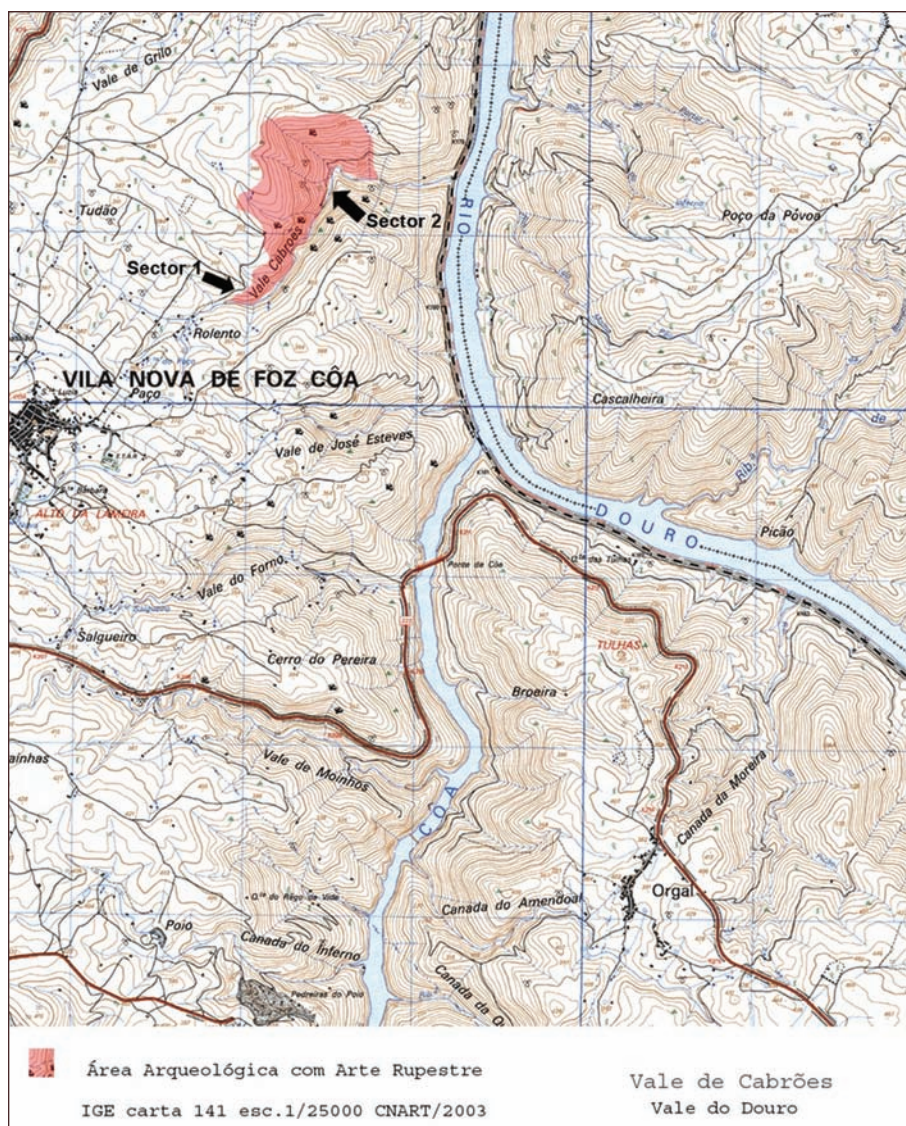




fig. 5 Localização geral do Sector 1 de Vale de Cabrões (esquerda); localização de cada rocha de arte rupestre nesse mesmo Sector, com destaque para a Rocha 5 (direita).



fig. 6 Fotografia da Rocha 5 de Vale de Cabrões. Foto CNART.

O processo de recolha de dados inicia-se com a identificação da propriedade dos terrenos em causa. Para esta fase do processo contamos com a colaboração da Zona Agrária de Vila Nova de Foz Côa que dispõe de informação actualizada relativa aos proprietários dos terrenos da área do PAVC. Após esta identificação, encetam-se contactos com os proprietários para reconfirmar os dados recolhidos e para os informar da intenção de classificar os seus terrenos. Esta oportunidade é ainda aproveitada para sensibilizar os proprietários para o papel importante que estes têm na salvaguarda dos sítios de valor patrimonial. Paralelamente iniciam-se os trabalhos de levantamento topográfico das áreas em causa. Este trabalho, da responsabilidade de Fernando Gonçalves, topógrafo do Instituto Português de Arqueologia, é efectuado a uma escala apropriada, usualmente uma escala inferior a 1/2000, conforme as características específicas de cada sítio de arte rupestre. Estes trabalhos permitem localizar rigorosamente cada faceta patrimonial (neste caso, os afloramentos de arte rupestre) sendo possível depois exportar os dados referentes à localização para o SIG do PAVC. Num território com as características do PAVC, de grandes declives e dificuldades de acesso, e especialmente nas zonas onde se situam os Núcleos de Arte Rupestre, é extremamente importante assinalar exactamente a localização daquilo que constitui o valor patrimonial mais significativo, cerne dos esforços de gestão e conservação do PAVC, a Arte do Côa.

Por outro lado, é iniciada a produção, recolha e catalogação de todo o material fotográfico e gráfico (nomeadamente levantamentos dos motivos de arte rupestre ou localização em mapa militar) existente relativo ao sítio em causa. Para que o leitor possa ter uma ideia dos documentos produzidos em todo o processo de recolha de dados para posterior classificação de sítios de arte rupestre, juntamos a este texto reprodução de vária documentação gráfica, neste caso toda relacionada com o Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Cabrões (ver figuras 1 a 8).

Tratamento de dados

Isto não quer dizer que esta tarefa de recolha e tratamento de dados se esgote apenas na simples 'instrução' do processo de classificação. O processo de recolha de dados (ou 'pós-prospecção') permite a organização sistemática e de fácil consulta dos dados indispensáveis (nomeadamente os referentes à propriedade) a uma correcta gestão dos Núcleos de Arte Rupestre e sua Conservação. Como é pretendido pela nova Lei do Património Cultural, o tratamento dos dados assume-se como a inventariação que visa assegurar uma protecção reforçada, por via legal, dos acervos patrimoniais relevantes. Toda a documentação gráfica, que fica guardada em cópia digital mas também em 'hard copy', é reunida juntamente com uma ficha de inventariação que sistematiza todos os dados (propriedade, localização, etc.) para além de conter uma pequena memória descritiva do sítio e de cada superfície de arte rupestre que cada Núcleo de Arte Rupestre contenha. Esta ficha encabeça todo o processo de sítio que é enviado ao IPPAR, o organismo a que compete classificar os bens culturais nacionais notáveis, para que o processo de classificação possa ser instruído. Assim, todo este processo permite cumprir com os dois objectivos fundamentais enunciados pela Lei do Património – inventariação e classificação – com vista à protecção integral do património, neste caso, da arte rupestre do Vale do Côa.

fig. 7 Levantamento gráfico da Rocha 5 de Vale de Cabrões. Desenho CNART.



Insuficiências da actual lei do património cultural

Alguns proprietários de terrenos nos quais se situam Núcleos de Arte Rupestre ou demais Sítios Arqueológicos na zona do Vale do Côa têm algumas (em parte compreensíveis) resistências em relação à sua classificação. Estas resistências são ainda mais agudizadas pela falta de regulamentação posterior da Lei do Património Cultural. Assim, apesar do Título X desta Lei tentar definir benefícios e incentivos fiscais aos proprietários de bens classificados, a sua formulação é genérica (artigo 99 com o título sugestivo de outros apoios), incompleta (artigo 97 que apenas indica que os benefícios e incentivos fiscais são objecto de lei autónoma, ainda não regulamentada) ou insignificante (artigo 98 que define a isenção de emolumentos notariais e registrais nos actos que envolvam bens classificados, móveis ou imóveis). Esta formulação genérica e muito incompleta ainda se torna mais notória pelo facto da secção seguinte (Título XI “Da tutela penal e contra-ordenacional”) se encontrar plenamente definida, indicando com precisão as contra-ordenações especialmente graves, graves e simples e respectivas coimas correspondentes. Assim, torna-se ainda mais especialmente difícil explicar aos proprietários porque é que o seu terreno vai ser classificado, o que estes entendem como uma espécie de expropriação que não envolve qualquer compensação monetária. Perante este quadro, ainda para mais agravado pela fraca escolaridade e relativamente alta taxa de analfabetismo ou iliteracia da maioritariamente idosa população da zona (ver Fernandes, 2003), é tarefa muito complicada explicar aos proprietários quer a importância patrimonial do que muitos destes consideram como “rabiscos feitos pelos moleiros” (ver Fernandes, 2003) ou o que é o Paleolítico Superior e a respectiva importância da arte do Côa, quer um regime de benefícios e incentivos fiscais para os proprietários de bens classificados que, no entanto, não se encontra ainda regulamentado! É claro que estas dificuldades só se verificam quando existe a preocupação de informar previamente os proprietários sobre a intenção de classificar os seus terrenos, prática por nós levada a cabo e que julgamos profícua no estabelecimento de canais de comunicação com a população local, importantes para o dissipar de uma certa atmosfera de desconfiança que existiu em relação ao PAVC após a sua criação e no seguimento do inflamado e controverso ‘caso do Côa’ (ver Fernandes, 2003). Estes canais de comunicação são também importantes para a sensibilização da população local para os problemas relacionados com a protecção do

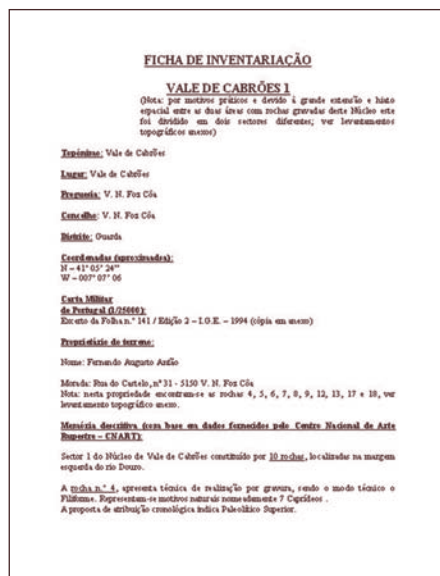


fig. 8 Ficha de inventariação de Vale de Cabrões.

Património Cultural. Cremos também ser importante tentar informar a comunidade local, numa óptica de transparência e participação, de tudo o que se relaciona com a preservação e protecção do património do Vale do Côa e que a pode afectar directamente pois ela é um dos ‘stakeholders’ mais interessados e importantes no estabelecimento de estratégias de gestão e protecção do PAVC.

A nossa experiência revelou-nos que se com alguns proprietários se torna quase impossível estabelecer diálogo – chegámos mesmo a ser ‘expulsos’ de uma aldeia por um pequeno e irado grupo de anciãos – com outros, apesar de ser notório certo desconforto quando informados na intenção de classificação do seu terreno, foi possível dialogar de forma construtiva e estabelecer mesmo estratégias ‘informais’, baseadas num acompanhamento próximo e em comunicação quase permanente, de protecção do Núcleo de Arte Rupestre em causa. Prevendo dificuldades de comunicação, a nossa abordagem aos proprietários socorreu-se da utilização de uma linguagem clara e na tentativa de ouvir as pessoas e as suas perspectivas. Se no caso acima descrito tal não foi de todo possível, o que aliás não abala a nossa crença na vantagem de conduzir estes processos numa forma o mais transparente possível, na maioria dos casos esta abordagem funcionou sendo possível criar relações de alguma confiança com alguns proprietários. Por outro lado todo o esforço desenvolvido pelo PAVC no estabelecimento de canais de comunicação privilegiados com a população local (presidentes de Juntas de Freguesia, párocos e outras pessoas com influência junto da comunidade) começou a dar os seus frutos, sendo observável um desenvolvimento positivo de entendimento que a população tem do papel do PAVC na protecção e valorização da Arte do Côa.

Conclusão

Todos os esforços comunicativos devem ser prosseguidos e desenvolvidos pelo PAVC pois a ‘simples’ classificação dum bem cultural não garante, por si só, e naquilo que depende apenas da acção humana, a sua continuada preservação, ainda para mais se tivermos em conta as insuficiências legais acima descritas. Sem cativar as populações presentes e futuras (nas quais naturalmente se inserem os proprietários de bens classificados ou a classificar) para uma gestão participada e informada do território e de que resultem benefícios mútuos será impossível, no médio e longo prazo humano, assegurar a plena preservação do extenso e complexo de gerir património do Vale do Côa.

Bibliografia

FERNANDES, A. P. B. (2003) – O Sistema de Visita e a Preservação da Arte Rupestre em Dois Sítios de Ar Livre do Nordeste Português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2). p. 5-47.

PAU-PRETO, F. E LUÍS, L. (2003) – Plano de ordenamento de parque arqueológico: uma nova figura de planeamento. *Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro. 1, p. 73-79.

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional

Coordenação do Congresso

??????

Coordenação Editorial das Actas

????????

Coordenação Científica da Sessão

??????

Coordenação da Publicação

Miguel Rodrigues e Paulo Dordio

Autores

Revisão de Textos

?????

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

?????

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-4-1

Depósito Legal

??????

Tiragem

1000 Exemplares